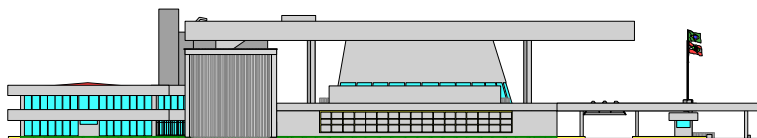


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 04 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.165

**16ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa  
MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Jorginho Mello  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco De Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Antonio Aguiar  
Dirceu Dresch  
Décio Góes  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Sargento Amauri Soares  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Valdir Cobalchini  
Gilmar Knaesel  
Narcizo Parisotto  
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Ronaldo Benedet  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça (Peninha) -  
Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Serafim Venzon  
Dirceu Dresch  
Romildo Titon  
Sargento Amauri Soares  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Dado Cherem  
Dirceu Dresch  
Elizeu Mattos  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Gilmar Knaesel  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Nilson Gonçalves  
Pedro Uczai  
Kennedy Nunes  
Valdir Cobalchini  
Ronaldo Benedet  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Sílvio Dreveck  
Valdir Cobalchini  
Elizeu Mattos  
Renato Hinnig  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Dirceu Dresch - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Onofre Santo Agostini  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Darci de Matos  
Dado Cherem  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Genésio Goulart  
Prof. Odete de Jesus  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Ronaldo Benedet  
Valdir Cobalchini  
Onofre Santo Agostini  
Gilmar Knaesel  
Professora Odete de Jesus  
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Edison Andrino  
Valdir Cobalchini  
Ozair Coelho de Souza (Polaco)  
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Pe. Pedro Baldissera  
Lício Mauro da Silveira  
Rogério Mendonça (Peninha)  
Genésio Goulart  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**  
Jean Kuhlmann  
Serafim Venzon  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Joares Ponticelli  
Antônio Aguiar  
Ronaldo Benedet  
Romildo Titon  
Prof. Odete de Jesus

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2165</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 032ª Sessão Ordinária realizada em 28/04/2010 .....2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Presidência .....10 Atos da Mesa DL.....11 Atos da Mesa .....12</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiência Pública.....12 Atas das Comissões Permanentes .....18 Emenda Constitucional .....18 Extratos .....18 Portarias .....19 Projetos de Lei.....21 Redações Finais.....23</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2010

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍCIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Angela Albino - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Títon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

#### SUMÁRIO

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Ressalta a responsabilidade do Legislativo em não aprovar matérias ilegais.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (aparte) - Solidariza-se com a posição do deputado Kennedy Nunes.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Posiciona-se a favor da retirada do projeto que cria o Climesc.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** - Coloca a posição favorável do DEM à emenda à MPV 0174/2010.

**DEPUTADO RONALDO BENEDET** - Discorre sobre os 44 anos do PMDB.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Aborda a questão jurídica que envolve a MPV 0174/2010.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Refere-se à construção da usina de Belo Monte, no rio Xingu.

**DEPUTADO RONALDO BENEDET** (aparte) - Elogia a posição do deputado Ronaldo Benedit em relação à geração de energia elétrica.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Critica os detratores das usinas para geração de energia elétrica.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Critica a irresponsabilidade do governo do estado no trato da questão salarial dos servidores públicos.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Pede a derrubada de vetos opostos a dois PLs de sua autoria; comenta posição da bancada do PT acerca da MPV da Saúde.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (aparte) - Compromete-se a votar pela derrubada do veto a PL de autoria do deputado Jailson Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, falarei durante a metade do tempo e o deputado Reno Caramori usará a outra parte do horário do nosso partido.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para trazer aqui, deputado Moacir Sopelsa, uma preocupação bastante grande que tenho com relação ao assunto que estamos tratando. Deputado Reno Caramori, há uma preocupação muito grande neste sentido, porque virou um jogo de quem quer falar para agradar e de quem quer falar com responsabilidade. Em momento algum ouvi dos parlamentares a colocação, deputado Serafim Venzon, sobre o impacto financeiro disso que estamos tratando nesta Casa para o ano que vem. Há coisas extremamente erradas, como, por exemplo, dar um benefício que ultrapassa o período do mandato do atual governo. Como é que vamos fazer? O futuro governador, seja lá de que partido for, aquele que o povo escolher nas urnas, vai fazer o quê?

Quer dizer, então, sr. presidente, que o funcionário público já sabe que para o próximo ano não vai haver aumento, deputado Sargento Amauri Soares, porque o futuro governado dirá assim: "Eu estou pagando o aumento que foi aprovado no ano passado".

Mas qual é o impacto financeiro disso? É muito fácil chegar aqui e fazer algo ilegal, ou seja, criar despesas para o Executivo. É muito fácil vir a este plenário, a este caldeirão, e dizer que não se cometeu crime algum. Mas jogaram a arma do crime aqui e todos nós agora vamos ter que pagar, mas o crime não é nosso, o erro não é nosso, não é do Parlamento - e falo isso como parlamentar -, o erro é do Executivo. O Executivo foi quem cometeu a irresponsabilidade de não zelar pela isonomia! O Executivo! O Executivo foi quem dividiu o servidor público dando benefícios para alguns e não dando para outros. Quem deve arrumar isso, então, é o Executivo, e não nós.

Mas agora os funcionários públicos estão há quase um mês fazendo vigília nesta Casa, cobrando-nos que arrumemos um erro do Executivo, que na verdade não podemos arrumar. Trata-se de vício de origem, cria despesa! E não adianta usar o argumento da isonomia, porque esse argumento não me dá o direito de cometer outro crime.

Ontem ouvi parlamentares dizendo o seguinte: "Olha, o erro, o vício de origem já veio do Executivo, porque faltou isonomia, então vamos arrumar um vício de origem do Executivo." Isso legalmente não existe! Mas sei que essa fala os servidores não querem ouvir, as pessoas não querem ouvir, porque às vezes a verdade dói, não faz bem aos nossos ouvidos. E essa é a verdade!

Quero dizer novamente o que disse para os servidores: "Não contem com esse dinheiro, se esta Casa aprovar as emendas. Não contem!" Por quê? Porque o dinheiro não vai aparecer! Eu já fui vereador duas vezes, sou deputado e já fui também do Executivo, secretário do governo de Wittich Freitag, quer dizer, não estou aqui para brincar!

Algumas vezes o Legislativo pôde criar leis que criem despesa? Não pôde! O que está sendo feito aqui e agora é isso, vamos ser sinceros! E ouço aqui: "Vamos empurrar a bomba lá para o Executivo! Vamos aprovar e deixar o governador, o Executivo pagar o erro!" Ok! E aí vamos enganar de novo o servidor, que já foi enganado pelo Executivo. Depois o Parlamento vai dizer: "Oh, nós aprovamos! Nós aprovamos! O governo é que rejeitou!" Mas isso é jogo! Não podemos fazer isso! Onde está o impacto financeiro? Onde está a Lei de Responsabilidade Fiscal que deveria ser obedecida, exigindo o impacto financeiro? Fala-se que o impacto da folha no próximo ano será de R\$ 350 milhões. Isso é todo o investimento!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Eu sei que v.exa. irá conceder tempo ao deputado Reno Caramori, mas apenas vou usar um minuto. Primeiramente, quero

cumprimentar v.exa. e, em segundo lugar, dizer que temos que dar responsabilidade a quem tem responsabilidade.

Eu concordo com v.exa., que é deputado da Oposição, enquanto sou da Situação. Coloca-se, às vezes, as questões em nome do governo, mas o governo é orientado por aqueles que lhe dão assessoramento. E há mais uma coisa: quando as galerias estão cheias, é fácil fazer discurso. Já está nos jornais de hoje que, se for aprovada a emenda, o governador vai vetar. O que vai acontecer? Ninguém vai ganhar, nem aqueles que estão recebendo agora e nem aqueles que estão de fora. Então, cabe-nos ter responsabilidade e ver o que vamos fazer no dia de hoje.

Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Reno Caramori, desculpe-me! V.Exa. pode usar o restante do tempo destinado ao PP.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do tempo destinado ao PP, com a palavra o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, pedi a divisão do horário ao nobre deputado Kennedy Nunes para fazer um registro que é pertinente.

O governo Luiz Henrique encaminhou a esta Casa um projeto de lei criando o Climesc. Eu sou taxativamente contra e tenho certeza de que os srs. deputados que compareceram à audiência pública que está acontecendo no Plenarinho desta Casa vão também optar pela seguinte posição: que o governador Leonel Pavan, assumindo a sua responsabilidade, retire esse projeto da Casa, através do qual estão sendo criados mais nove cargos comissionados destinados à implementação da Fundação Estadual de Meteorologia e Pesquisa do Clima de Santa Catarina - Climesc.

Meu Deus do Céu! Existe a Epagri/Ciram, que é um orgulho de Santa Catarina, que tem equipamento adequado, um funcionalismo preparado e treinado para informar as situações climáticas de Santa Catarina. Vamos acabar com a Epagri/Ciram, que vem há tantos anos evoluindo, para criar uma fundação que, sabemos, não vai funcionar? Até incrementar, até botar em funcionamento demora, e quem vai sofrer será o produtor rural, deputado Moacir Sopelsa, o pequeno produtor de frutas, os hortigranjeiros de Santa Catarina.

O que nós precisamos é que o governador Pavan retire esse projeto e encaminhe outro para que nós possamos aprovar uma matéria que incremente a Epagri/Ciram, que melhore os seus equipamentos, pois ela tem uma responsabilidade muito grande relacionada a diversos setores. O Instituto Cepa, a agricultura familiar e a apicultura já fazem parte desse processo e têm evoluído muito, mas carecem de melhorias.

Assim, srs. deputados, faço esse registro para mostrar a Santa Catarina o quando é importante termos consciência e o

governo também. Luiz Henrique mandou essa matéria para cá, politicamente, para mais uma vez criar problemas para Santa Catarina e para o atual governador. Essa é a grande verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, líder do DEM, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, todos aqueles que nos acompanham através da TVAL, aqueles que estão-nos acompanhando das galerias e da entrada desta Casa.

Srs. deputados, neste momento, quero fazer um pronunciamento em nome da bancada com relação à votação da medida provisória que terá lugar na sessão da tarde de hoje, referente à tão propalada e decantada gratificação dos servidores da Saúde, até para fazer uma justificativa da nossa posição, agora reafirmada, favorável aos termos da emenda aprovada na comissão de Finanças e confirmada pela comissão de Constituição e Justiça.

Inicialmente, srs. deputados, é importante que deixemos uma coisa muito clara. A responsabilidade pela fixação de salários, por reajuste, por concessão de gratificação é do Poder Executivo. Isso está muito claro na Constituição.

Nesse caso específico, nesse pacote de final de ano, o que houve foi um completo desacerto, que ocorreu, eu reputo, srs. deputados e sras. deputadas, em função daquele vácuo que ficou entre a saída do governador Luiz Henrique e a solução do governador Leonel Pavan. Criou-se um hiato ali. Na verdade, inicialmente previstos havia quatro projetos de concessão de gratificação, que se transformaram em 14. Aconteceu um verdadeiro samba do crioulo doido nesse negócio, vieram várias gratificações setorizadas, e no caso da Saúde, de maneira ainda mais absurda, setorizada por área, beneficiando um grupo e deixando de beneficiar outro grupo muito mais numeroso, formado pelas pessoas que estão no dia a dia atendendo nos hospitais.

E assim veio essa matéria para esta Casa! Aqui chegando, os servidores injustiçados agiram dentro daquilo que lhes garante o direito democrático, procurando esta Casa e alertando os srs. deputados a respeito da enorme, da gigantesca injustiça cometida contra eles, principalmente aqueles que estão na ponta atendendo a população nos hospitais.

O deputado Darci de Matos, da bancada do Democratas, no âmbito da comissão de Finanças e Tributação, apresentou uma emenda que visa a dar a gratificação de maneira integral a todos os servidores, universalizando o benefício.

Essa emenda foi aprovada na comissão de Finanças e Tributação, foi confirmada pela comissão de Constituição e Justiça e incorporada ao projeto que será votado hoje à tarde nesta Casa, assim esperamos.

Não quero aqui, srs. deputados, como alguns colocam por aí, buscar aplauso fácil nem discurso de ano eleitoral, quero defender com muita serenidade e tranquilidade a aprovação do projeto com a emenda que o universaliza.

Sabemos que todos os servidores são inteligentes e têm consciência de que se trata de uma questão juridicamente polêmica, mas esta Casa já aprovou diversas questões juridicamente polêmicas e, pesando na balança, creio que não podemos omitir-nos diante de uma injustiça que está sendo cometida. Esta Casa tem que se posicionar e tem que enviar uma mensagem ao Executivo de que não concorda com a injustiça que foi cometida contra servidores que atuam numa área tão difícil.

E é dentro dessa ótica que o nosso posicionamento será em favor da emenda. Caberá ao Executivo avaliar, vetar ou confirmar o projeto nesses termos, que é o que esperamos. Mas, srs. deputados, tem que ficar muito clara a posição tomada pelo Democratas, que é muito serena, no sentido de buscar a isonomia entre os servidores, de evitar a divisão das categorias e de propiciar um aumento real nas suas condições de trabalho àqueles que atuam numa área, num setor tão difícil como o da Saúde.

Não tememos as questões abstratas que se levantam relativas a ofensas à Lei Eleitoral. Esses argumentos não me convenceram e creio que esta Casa tem condições de fazer essa emenda. Em diversos momentos, deputado Onofre Santo Agostini, debatemos muito esse assunto e lembramos que esta Casa aprovou medidas que não eram totalmente pacíficas, do ponto de vista jurídico. Já houve medidas de aumento salarial que foram aprovadas por esta Casa e foram depois confirmadas pelo Executivo porque se tratava de uma posição muito difícil de o Parlamento não concordar. O problema, nesse caso, foi o envio dessas MPVs faltando apenas três ou quatro dias para o limite temporal legal, o que causou um gigantesco atropelo.

Então, para ficar muito claro, cada deputado deve votar de acordo com a sua consciência, mas esse imbróglio não foi gestado dentro deste Parlamento, veio do Executivo.

Deputado Kennedy Nunes, respeito a sua posição, ela é defensável, como é defensável a outra. Esta é uma Casa democrática, mas na verdade, servidores que nos acompanham, esta Casa foi colocada numa situação de extrema dificuldade por uma política salarial que não foi conduzida de uma maneira adequada.

Então, quero deixar muito claro que a bancada do Democratas mantém a sua posição de maneira serena e segura, com a certeza jurídica de que faz algo que é defensável. É polêmico, sim, o que vamos fazer aqui hoje, mas já houve precedentes de outras questões salariais nas quais houve modificação salarial e depois a questão foi convalidada pelo Poder Executivo. Talvez dessa vez falte tempo para o remédio jurídico mais adequado e por isso temos que ter serenidade.

Também quero dizer aos servidores que o que vai ser aprovado hoje

aqui é algo que vai depender de uma luta de convencimento para ser convalidado depois. Não é que a Casa vá aprovar hoje a medida e amanhã o dinheiro já vai estar na conta dos servidores. Temos também que ter serenidade e dizer que somos contra essa injustiça, que somos favoráveis à emenda, mas também devemos saber que foi feita uma grande confusão, e esta Casa tenta, com os recursos que têm, remediar essa confusão. Mas é fundamental que tenhamos a convicção de que hoje não vai-se esgotar o assunto, pois ele é complexo e vai demandar mais estudos. Porém creio que esta Casa tem que enviar, sim, ao Poder Executivo uma mensagem de que uma injustiça foi cometida, deve ser reparada e que servidores de um mesmo setor têm que ser tratados de forma igual, pois quem está na ponta trabalhando não pode ser discriminado.

Essa é a mensagem que temos que mandar na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Ronaldo Benedit, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, srs. deputados, é com satisfação que venho à tribuna desta Casa do Povo, o lugar mais democrático do mundo, o lugar onde todas as vozes e opiniões favoráveis ou contrárias podem ser colocadas de forma tranquila, aberta, porque o Parlamento é dessa forma e assim deve ser conduzido no regime democrático.

Embora nesta Casa tenham-se tornado frequentes os temas relativos às medidas provisórias, não temos apenas eles; por isso, quero reservar-me o direito de abordar os temas atinentes também ao meu partido, que fez 44 anos na última semana.

O PMDB nasceu como MDB - Movimento Democrático Brasileiro. Ele nasceu em 1966, exatamente sob a égide, o auge da ditadura militar, quando o Brasil já vivia a noite escura da ditadura, quando cidadãos brasileiros que ousavam discordar do governo, da ditadura militar, aqueles que ousavam ter ideologia, aqueles que ousavam organizar-se em sindicatos, associações, diretórios estudantis, organizações estudantis, eram reprimidos e viviam já na clandestinidade.

O nosso primeiro presidente, Doutel de Andrade, foi cassado exatamente porque defendia ideias. Era do antigo PTB e fundou o MDB. Foi cassado pela ditadura. Eu convivi com ele e quero, neste momento, prestar uma homenagem a esse grande lutador em prol das liberdades dos trabalhadores. Ele chegou a Santa Catarina com uma carta de João Goulart e em 56 dias elegeu-se deputado federal. Depois, com a vinda da ditadura militar, foi o primeiro presidente do nosso partido em Santa Catarina.

Tivemos grandes lutadores da causa democrática. E lembro a eleição de 1978 ao Senado, da qual participei como líder estudantil, quando elegemos Jaison Barreto, numa grande rebelião da sociedade

nas urnas, em todas as estruturas de poder. Apesar de todos os canhões, tanques de guerra, fuzis, apesar de todo o dinheiro, conseguimos elegê-lo senador da República!

Aqueles que tinham espírito democrático juntaram-se sob a bandeira do antigo MDB. E nós continuamos na nossa luta, e as lutas do MDB foram transformando-se no nosso programa, programa esse de um partido político que é o compromisso com a sociedade em geral.

Tínhamos uma principal bandeira, que era volta do estado de direito no Brasil. Vivíamos sob uma ditadura, sob uma Constituição transformada por um ato institucional e sem a legitimidade de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Passamos a defender, então, a bandeira da redemocratização do país, da eleição e da instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte que estabelecesse o direito à liberdade de imprensa, a anistia, o direito de greve, o direito de valores para a educação. Como estudante, pedíamos verbas para a educação e saúde para todos.

E conseguimos realizar todos os nossos compromissos, sem exceção, com a sociedade brasileira. Aliás, foi o único partido da história do Brasil que cumpriu todos os seus compromissos com a sociedade. Os seus compromissos programáticos, todos, sem exceção, foram realizados e transformados em direitos, em conquistas, na Constituinte de 1988, promulgada pelo grande pai do MDB, Ulysses Guimarães.

Após isso, o nosso partido teve grandes defecções.

Perdemos companheiros, acabamos caindo no lugar comum da política brasileira. Os deputados federais e senadores passaram a dar apoio aos presidentes de plantão e o nosso partido teve uma proposta de parlamentarismo que Ulysses Guimarães deixou na Constituinte. Mas o Brasil não estava preparado, tanto os partidos de direita como de esquerda entendiam o caudilhismo da política da América do Sul. A sociedade não foi suficientemente esclarecida e o parlamentarismo mais uma vez em nosso país, mesmo num plebiscito, não foi aceito.

Entendo que a democracia brasileira não estava suficientemente madura naquele momento. Aliás, nós havíamos saído recentemente de uma ditadura, que dizia que o povo brasileiro tinha que ser governado sob a égide de uma ditadura, porque o brasileiro não sabia votar.

E nós, acreditando sempre no povo brasileiro, conseguimos a redemocratização. As eleições diretas vieram, o país teve os seus percalços, tivemos a década perdida, mas hoje o país vive um grande crescimento, está entre os países que mais crescem no mundo.

Quero dizer da nossa satisfação de pertencer a um partido que precisa ter o seu realinhamento em nível nacional e precisa pensar sob a ótica do mundo em que vivemos. O que é o Brasil perante o mundo? Precisamos buscar os nossos velhos postulados, as nossas velhas bandeiras de luta que Ulysses Guimarães nos deu e das quais nos acabamos esquecendo. E entre elas está o parlamentarismo, uma bandeira de luta do governador Luiz Henrique da Silveira.

Enfim, não podemos mais aceitar que a União fique com 65% da arrecadação de todos os tributos! Todos os presidentes, todos os governos federais de plantão, sejam eles de que partido forem, acabam omitindo-se e fazendo de conta que o assunto não é com eles. Nós precisamos ter essa bandeira de luta em nosso país; os municípios precisam voltar com a sua arrecadação, como os estados também, porque a atual distribuição da receita nacional é injusta, porque quem mais tem problemas na educação, na saúde, na segurança, na infraestrutura, na ação social é o ente federado que menos recebe, apenas 13%!

Pela Constituinte de 1988, o município deveria ficar com 20%. Por que isso mudou? A criação do PIS, da Confins, das isenções de ICMS e de IPI para as exportações prejudicou os estados, os municípios. E aí, na verdade, acabam sobrando apenas temas como esse aqui, tendo que dividir a miséria, não podendo pagar melhor os servidores estaduais, os municipais, ao passo que os federais recebem altos salários porque a União tem folga no seu orçamento, que representa 65% de tudo o que a nação arrecada, deputado Onofre Santo Agostini.

Queremos que o país seja descentralizado, não governado só de Brasília. Nos países mais avançados do mundo os recursos ficam nos municípios, nas províncias, nos condados, e a menor parte fica na união. Por quê? Porque não podemos exigir que deputados federais, estaduais, vereadores, prefeitos andem de pires na mão pedindo esmola para o governo federal, como se o recurso fosse uma benesse que o governo dá. Os recursos públicos arrecadados através dos tributos são de toda a nação brasileira. E a nação brasileira mora em primeiro lugar no município. Não podemos esquecer que o pacto federativo brasileiro precisa ser rediscutido no Congresso Nacional, e de cabeça erguida, não fazendo de conta que esse assunto é com ele.

Por isso, o nosso partido fez um encontro maravilhoso na cidade de Criciúma para receber nossos líderes, com a participação de mais de três mil pessoas, lembrando nossa história, nossas lutas, os momentos difíceis, quando políticos eram presos, torturados e mortos pela ditadura. Companheiros nossos que estiveram à frente de eleições, como dos sindicatos, foram presos em 1972. Estiveram três dias presos em Florianópolis, foram soltos e quando voltaram para Criciúma já havia passado o prazo de inscrição de sua chapa.

Foram lutas que empreendemos para dar liberdade ao povo brasileiro. Foram 44 anos de história de liberdade, de lutas, de conquistas democráticas, de conquistas sociais, de garantias de direitos individuais, das garantias constitucionais que a Constituição Federal brasileira coloca e impõe, ou seja, que em nosso país vale o império da lei e não a lei de império. Nas monarquias despóticas vale a lei do império, a lei da ditadura, os decretos-lei da ditadura e não as leis feitas pelos cidadãos e as leis feitas para todos com garantias individuais, para que todos possam ter liberdade garantida e o país possa crescer e

desenvolver-se, como nós estamos vivendo um grande momento aqui no país. Mas o Brasil precisa fazer o dever de casa. O Brasil, entre a Rússia, a Índia e a China, está entre os países que mais crescem no mundo - ainda não é um país desenvolvido.

É preciso que se faça o dever de casa nesse período de crescimento que vivemos no Brasil. Isso tudo pode passar, porque o nosso crescimento é baseado basicamente no agronegócio. Exportamos carne de frango, suína e bovina e também grãos. Somos os maiores exportadores de grãos do mundo, pois são produzidos com qualidade, sem subsídios. O nosso agricultor é o mais penalizado do mundo, mas consegue produzir com o menor custo do mundo. E também exportamos minério de ferro.

Então, temos que aproveitar esse momento para fazer o dever de casa em três pontos fundamentais da economia brasileira. Para muitos esse assunto não interessa, mas para quem tem visão de estado, visão política de futuro para o nosso país, para quem quer um Brasil desenvolvido, não quer um Brasil que viva só esse momento de euforia da economia para importar carros, para comprar televisores e equipamentos eletrônicos importados, essa é uma questão fundamental.

Nós temos que viver esse momento para investir maciçamente, em primeiro lugar, no capital humano, em escolas fortes para preparar a nossa população, principalmente a mais carente, que não tem oportunidade; em escola integral às crianças em risco social; em escolas que preparem técnicos em excelência. Em segundo lugar, temos que ter uma infraestrutura adequada ao nosso desenvolvimento, temos que ter investimentos em estradas, aeroportos, portos, ferrovias e em geração de energia elétrica. Em terceiro lugar, temos que investir em tecnologia para sermos competitivos.

Tendo esses três pontos resolvidos, srs. deputados, teremos garantia de melhoria salarial, porque melhoraremos a nossa produtividade e competitividade, a educação e a infraestrutura - e entra a saúde também - e teremos uma estrutura forte em nosso país.

Nós precisamos fazer com que o Brasil se prepare para quando acabar este momento, para que tenhamos um bom crescimento sustentável. E para que tenhamos menos conflitos, temos que ter dentro do Brasil uma "Belíndia", um pouco de Bélgica e um pouco de Índia.

Precisamos dar garantia de educação às populações mais carentes, que não tinham o mínimo acesso, mas que agora começam a ter. E um grande feito do governo Lula, que eu quero elogiar, é o seguinte: começamos com um salário mínimo de US\$ 100 e estamos com um salário mínimo de US\$ 300. Então, as pessoas que ganhavam 1/3 de salário têm agora três vezes mais poder aquisitivo, dando-lhes acesso ao mercado consumidor. Assim, podemos girar a nossa economia interna, sem levar em conta o trabalho que tem sido feito no campo, em investimentos de minérios, como nós fizemos, o que gerou um grande crescimento.

Mas se tivermos como princípio a valorização do nosso país, faremos com que o Brasil seja um grande país, um país desenvolvido verdadeiramente. Esses são os postulados, deputado Moacir Sopelsa, que o nosso partido tem que defender, procurando resgatar as grandes bandeiras, as grandes propostas e os desafios que o nosso querido Ulysses Guimarães nos deixou como legado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ronaldo Benedet.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, servidores do estado que acompanham a evolução da votação de hoje, ouvi aqui, inicialmente, o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes e depois os dos deputados Cesar Souza Júnior e Ronaldo Benedet. Os dois primeiros pronunciamentos se referiam, principalmente, ao momento de hoje, ao momento de responsabilidade, a um momento em que precisamos passar à sociedade que além de agirmos com responsabilidade, com seriedade, também somos sérios.

Todos somos favoráveis à ideia de que os servidores devem ser tratados com equidade, com isonomia, mas está sobre a nossa mesa um projeto que pode dar a impressão de que alguns deputados estão contra os servidores e que outros estão a favor, mas a verdade é que no final ele pode não valer absolutamente nada, especialmente para quem ganhou.

E aqui nós chamamos a atenção de todos para a sua responsabilidade! Mas vejo que o deputado Onofre Santo Agostini, que tem mais de cinco mandatos, e o deputado Dieter Janssen, que é novo, estão votando com muita responsabilidade.

Hoje votaremos a PEC n. 0174/2010, que se refere às gratificações concedidas aos funcionários da Saúde. Gratificações que, segundo a justificativa daqueles que a enviaram, seriam para atender a uma demanda antiga, uma demanda que já existe desde o governo Luiz Henrique ou talvez desde o governo anterior. E a intenção dessa adequação seria corrigir o compromisso que havia com esses servidores. Essa, pelo menos, é a justificativa de quem apresentou a proposta da medida provisória.

Mas nós, na intenção de tratar todos com equidade, quisemos saber, logo no primeiro dia - eu, como líder de bancada, em nome dos deputados do PSDB, sabia que a pergunta era de todos -, até quando poderíamos apresentar uma emenda e se ela teria validade. Feito o questionamento ao presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, que com muita responsabilidade tem comandado a Assembleia Legislativa, ele disse, naquele momento, que valeria até hoje. O "até hoje" a que ele se referia era aquele momento em que eu lhe perguntava,

porque nós iríamos aprovar a admissibilidade da medida provisória e queríamos saber se poderíamos modificá-la ao ser transformada em lei.

Eu fiz essa pergunta ao presidente desta Casa porque, em contato anterior com o governador, ele me disse que, considerando o montante da despesa que essas medidas provisórias significariam para o governo, na ordem de R\$ 80 ou 81 milhões, concordaria que esse valor fosse dividido, conforme a lei, para atender a todos os funcionários e não apenas àqueles que estavam nas quatro ou cinco MPVs que o governador Luiz Henrique havia encaminhado. Essa era também a vontade do governador. E respondeu o deputado Gelson Merisio de que naquele dia ainda poderia.

Feita uma análise muito criteriosa pelo departamento jurídico desta Casa e também pelo governo do estado, concluiu-se que aquele dia era o primeiro dia que já não se poderia mais modificar.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Serafim Venzon, eu estou em dúvida, porque recentemente v.exa. disse, da tribuna, que votou a favor da emenda porque havia sido autorizado pelo governador a fazê-lo. E agora vejo que v.exa diz que não é bem assim. Então, eu gostaria que v.exa. me esclarecesse o seguinte: vai votar a favor ou não da emenda? Aliás, v.exa. votou a favor da emenda.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Votamos a favor, deputado Onofre Santo Agostini, daí a nossa responsabilidade, pois a interpretação de todos nós e do presidente da Casa era de que até aquele dia ainda poderíamos acatar alguma emenda. Foi esse o entendimento que todos nós tivemos. Contudo, segundo parecer da Procuradoria, a emenda não poderia ser acatada, porque aquele era o primeiro dia em que já não se poderia mais modificar a matéria.

Então, vejam o imbróglio em que fomos colocados. Agora fica assim, deputado Onofre Santo Agostini: se aprovarmos a medida provisória com a emenda, do ponto de vista do limite legal estaremos aumentando a abrangência, agradando mais gente do que o texto original previa. Com isso estaríamos ferindo uma lei maior, a Lei Eleitoral. É muito difícil para os catarinenses entender isso! Eu mesmo tenho dificuldade de entender. Por que será que às 23h59 uma lei vale e às 24h01 não vale mais e não pode ser mudada?

Como é que o Poder Judiciário e nós queremos que os catarinenses entendam que a medida provisória que foi encaminhada pelo governo vale, no máximo, 60 dias e que a Assembleia não pode aprovar nenhuma lei que beneficie ou prejudique alguém durante o período eleitoral? Como a medida provisória, sendo transformada em lei, pode valer? Por que a medida provisória, da forma como o governador a enviou, pode ser votada? E por que existe uma lei proibindo-nos de aprovar

qualquer matéria que beneficie ou prejudique alguém nos 180 dias que antecedem a eleição? Fica muito difícil entender! Se aprovarmos a medida provisória original que o governador mandou, vale. Se fizermos uma emenda, estraga tudo. Alguém consegue compreender? Será que existe algum desembargador, para não dizer juiz, que possa explicar isso?

Então, essa é a grande dificuldade. Por isso, originalmente, pedimos ao governo que retirasse a matéria até para facilitar o entendimento. Assim, deputados, acho que este é o momento em que precisamos de muito juízo para não votar a matéria de uma maneira que os servidores passem a achar que ganharam um benefício, mas na verdade não levaram nada. O que adianta descobrirem depois que aqueles que votaram com o governador, votaram a favor dos servidores e aqueles que votaram a favor dos servidores, na verdade, usaram um artifício para ludibriá-los, para não dizer, enganá-los.

De qualquer maneira, sr. presidente, vejo que se a matéria for aprovada sem a emenda, pelo menos ficará o compromisso desta Casa e do governo de um dia corrigir o problema. Fica, principalmente, o grande argumento para os funcionários de que eles, como foram tratados injustamente agora, posteriormente terão o direito de reivindicar o aumento.

Muito obrigado!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa. Meus cumprimentos a todos os funcionários da Saúde que se fazem presentes na Assembleia, nesta Casa que pertence ao povo catarinense.

Como este horário é destinado ao Partido dos Trabalhadores, quero fazer um pronunciamento sobre a usina de Belo Monte, no rio Xingu.

Na semana retrasada, tivemos aqui manifestações contrárias à construção dessa usina. Se formos analisar o nível de crescimento do Brasil, se formos analisar a demanda por energia elétrica, veremos que à medida que um contingente de 32 milhões de brasileiros saiu da linha da miséria e começou a comprar televisão, rádio, ar condicionado, o consumo foi às alturas. E de onde vem essa energia elétrica para suprir isso tudo?

Eu sou um defensor das questões ambientais. A usina de Belo Monte teve o seu passo inicial há 36 anos, deputado Dieter Janssen. Sabemos que o rio Xingu é o principal afluente do rio Amazonas, mas se o Brasil crescer, e ele vai crescer, segundo todos os institutos, mais de 4% ao ano, nos próximos 15 anos, tendo em vista que este ano já deverá chegar a 6%, no mínimo, qual será a demanda de energia que necessitaremos para gerar emprego e renda ou vamos ficar na idade da pedra lascada?

A usina de Belo Monte, depois de todos os estudos ambientais, deputado

Ronaldo Benedet, vai reduzir para 1/3 a sua área de alagamento. Essa usina será a terceira maior do mundo. Eu pergunto: se não tivéssemos Itaipu, sobre a qual também houve questionamentos ambientais, deputado Onofre Santo Agostini, se não houvesse estudos sobre a usina de Jirau, o Brasil estaria sofrendo apagões? Serão atingidas no processo dessa usina em torno de 15 mil famílias e cinco mil índios. Essa empresa movimentará 80 mil empregos diretos, beneficiando 20 milhões de brasileiros, justamente numa área que necessita de desenvolvimento, sendo que nessa usina serão investidos R\$ 19 bilhões.

Nesta Casa houve críticas ao BNDES. Se o BNDES financiou inúmeras obras privadas, por que não financiar a usina de Belo Monte, se o sócio majoritário é uma estatal, a Chesf, da Eletrobras. Então, é um mal necessário para o desenvolvimento do Brasil. Só a Vale do Rio Doce consome, por ano, energia elétrica equivalente aos domicílios do Paraná e do Rio Grande Sul juntos.

Assim sendo, não adianta fazer discursos sectários, porque a energia de Belo Monte é uma energia renovável. E alguns podem até questionar por que eu, do Partido dos Trabalhadores, estou fazendo essa defesa. Mas a verdade é que ou nós fazemos a usina de Belo Monte ou teremos que construir "n" PCHs, que representam um grande nicho em termos de energia renovável e 70% da produção de energia no Brasil. Ou vamos querer achar que apenas a crítica pela crítica vai solucionar o problema da falta de energia que já se avizinha para daqui a três anos, se não construirmos a usina de Belo Monte, que está prevista para começar a funcionar em 2018? Essa usina produzirá em torno de 14 mil *megawatts* de energia e será a terceira maior do mundo. Com o atual nível de crescimento de 4% ao ano, precisaremos de cinco mil *megawatts*/ano. E de onde virá essa energia?

Somos contra a energia produzida pelo carvão, mas como somos do sul, necessitamos dela. E felizmente as termoeletricas estão cuidando mais das questões ambientais. A China, que teve o seu crescimento pautado pela energia produzida pelo carvão, sem os cuidados devidos, tem grande problemas ambientais. Mas o Brasil há cinco anos vem estudando a usina de Belo Monte e só agora o leilão foi lançado.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Ouço v.exa. para que possa contemplar a nossa intervenção.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Deputado Jailson Lima, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, que é muito rico para o Brasil. Temos que nos preocupar exatamente com questões como essas. E quero dar os parabéns ao governo federal pela coragem de defendê-las. Muitas vezes fica bonitinho você defender dizendo: "Não pode estragar o rio". Mas se o Brasil não se preparar em termos de geração de energia elétrica, vai parar e as gerações futuras não vão nos perdoar por não termos preparado o país para esse momento.

A geração de energia tem que ser em várias matrizes. Nós temos poucas no

sul do estado. Precisamos mais. A nossa energia é a mais limpa do mundo, é hidráulica; agora estão começando com a energia eólica também, na região da serra. Mas precisamos da usina de Belo Monte. Ela precisa ser feita! O Brasil carece dela!

Lembro-me que, na década 70, quando se falou na Usina de Itaipu, foram feitas inúmeras críticas, mas se não fosse ela, o Brasil não estaria onde está hoje. Temos que enfrentar com coragem essas críticas, essas limitações. Onde estariam, na China, as pessoas que fazem esse tipo de movimento? V.Exas. sabem onde. É que o nosso país é democrático. Agora, num país democrático temos também que investigar a que interesses servem esses que são contra o desenvolvimento do país. Temos que investigar a quais interesses eles estão servindo! A que grupos internacionais estão atrelados? Àqueles que não querem o Brasil crescendo e desenvolvendo-se, com certeza!

Nós temos uma população que cresce muito e precisamos gerar emprego, renda, energia e infraestrutura para o nosso país. E não podemos aceitar que pessoas criem problemas para evitar que o país se desenvolva.

Por isso, parabéns pelo pronunciamento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Jailson Lima, parabéns pela sua posição e pelo seu pronunciamento.

Cumprimentamos o governo federal que, com responsabilidade, quer governar. E o governo tem o compromisso com a sociedade de gerar o desenvolvimento, e desse desenvolvimento buscar todos os recursos para o atendimento das necessidades sociais.

V.Exa. conhece tão bem quanto eu a grande bacia do rio Uruguai, uma mãe que pode gerar grande quantidade de energia elétrica. Mas muitas vezes ficamos discutindo em cima de algumas picuinhas; alguns ditos "eco-chatos" interpoem-se muito mais para atrapalhar as boas intenções do governo do que para preservar o meio ambiente, seja nas usinas hidrelétricas, seja nas usinas eólicas. Eu não consigo entender como uma torre com uma hélice rodando vai prejudicar o meio ambiente! Mas às vezes demoram quatro ou cinco anos para autorizar a construção de uma usina porque alguns "eco-chatos" interferem.

Parabéns a v.exa., e o governo precisa, sim, ter mão firme para executar essas obras de infraestrutura.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Então, fazemos a defesa do nosso presidente Lula, que colocou a construção da usina de Belo Monte como obra prioritária, porque sem ela o país voltará a enfrentar um apagão, mesmo com todas as outras alternativas de energia eólica e solar que há para se investir ainda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que, de acordo com o art. 52 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, solicita licença de 60 dias para tratar de assuntos particulares, a partir do dia de hoje.

Votação da redação da final da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final da Proposta de Emenda à Constituição n. 0004/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0221/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0222/2010 e 0223/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0224/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; e 0225/2010, de autoria do deputado Décio Góes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0527/2010, 0528/2010 e 0529/2010, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0531/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0532/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0533/2010, de autoria do deputado Décio Góes; e 0534/2010, de autoria do deputado Antônio Ceron.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0469/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Calmon, pedindo a construção de ponte e estrada de acesso para ligar a comunidade de Aliança ao município de Lebon Régis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0476/2010, de autoria do deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo ações emergenciais para que sejam reconsiderados, pelo ministério da Saúde, os critérios adotados pela Portaria n. GM/2.867, de 27 de novembro de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0481/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo ações junto à diretoria do Banco Central do Brasil com a finalidade de promover nova regulamentação do setor de cartões de crédito.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0494/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a iluminação do trevo entre o município de Águas Mornas e a localidade de Caldas da Imperatriz, na BR-282.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0495/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita a suspensão das sessões ordinárias nos períodos de 17 a 21 de maio e de 7 a 10 de junho do corrente ano, em virtude da realização das audiências públicas regionais para a elaboração da LDO.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0497/2010, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara dos Deputados, aos membros da comissão de Justiça e de Cidadania da Câmara Federal e aos deputados da bancada catarinense, pedindo a rejeição do PL n. 0265/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0504/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica à operadora Oi, pedindo a instalação de um telefone público em frente à Escola Básica Professor Wadislau Shimidt, na localidade de Vargem Grande, no município de Apiúna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0507/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da OI, pedindo a instalação de rede de telefonia fixa na comunidade de Campo de Areião, no município de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0517/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria das operadoras de telefonia OI, TIM, Vivo e Claro e ao superintendente da Anatel em Santa Catarina, pedindo a ampliação e melhoria da rede de telefonia móvel no bairro Azambuja, no município de Brusque.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0526/2019, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional e ao ministro da Integração Nacional, manifestando desagrado pelo baixo volume de recursos liberados destinados à população catarinense atingida pelas chuvas em 2008, à prevenção de desastres, à recuperação de moradias e à retirada de famílias das áreas de risco, comprometendo toda a programação e execução das obras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0535/2010, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da TIM em Santa Catarina, pedindo a troca da rede TDMA para GSM no município de Água Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público presente na Assembleia no

dia de hoje, quero continuar fazendo uma reflexão sobre essa questão salarial, sobre a enxurrada de medidas provisórias que estão na Casa. E farei uma reflexão, deputado Dieter Janssen, deputado Kennedy Nunes e demais deputados, sobre a irresponsabilidade do governo do estado, ao longo desses sete anos, no trato da questão salarial dos servidores públicos. Especialmente nos últimos três anos, o governo não negociou com nenhuma das entidades representativas dos servidores públicos. Luiz Henrique, em pessoa, não conversou com nenhuma entidade. Alguns secretários conversaram no âmbito da secretaria. As entidades buscaram, pelo menos, a continuidade dos compromissos do primeiro mandato, continuidade que não houve. Houve, sim, a negação daqueles compromissos, o retrocesso.

Esta semana, conforme trazem os jornais de circulação estadual, mais uma vez o governo diz o quanto aumentou o gasto com a folha de pagamento. E com certeza aumentou numa proporção muito menor do que a receita, em termos gerais. Outro aspecto a ser observado é que esse aumento da receita deu-se também por contratação e, especialmente, por vantagens pessoais que alguns subgrupos tiveram muito maiores do que a maioria.

Se o secretário da Fazenda especificar, nos diversos subgrupos, dentro das diversas categorias do serviço público estadual, o quanto cada um teve de incremento salarial, aí ficará claro e cristalino para a população que os que mais ganharam foram exatamente os que mais ganham.

E essa é a lógica que está estabelecida nesse pacote de medidas provisórias que está aqui. E aí há o discurso que todo mundo embarca: "Olha, vamos aprovar isso da forma que está porque se esse setor ganhar essa vantagem, no ano que vem, no futuro governo, ficará mais fácil de os outros também conseguirem porque está criado o precedente".

Quero referir-me aos trabalhadores da Saúde aqui presentes, aos que nos estão acompanhando pela TVAL, para falar da nossa história na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. Essa lógica, que é a lógica farinha pouca, meu pirão primeiro, está instituída na Segurança Pública, especialmente nas instituições militares, há 18 anos. Desde 1992, no governo Kleinübing, separaram o salário de quem estava na cúpula do salário da maioria dos servidores da Segurança Pública.

E o discurso continua sendo este: "Olha, vocês não estão sendo inteligentes! Vocês estão protestando contra a nossa gratificação diferenciada e maior! Vocês estão protestando contra os 68% para os oficiais - isso lá no governo Paulo Afonso. Vocês estão protestando contra os dois salários e meio que iam de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.700,00 para os oficiais lá no último governo de Esperidião Amin. Vocês estão protestando contra a valorização do militar estadual do governo Luiz Henrique, que foi aprovado aqui no inverno passado. Agora vocês estão protestando contra essa Medida Provisória n. 0169, que concede R\$ 2 mil para todos os oficiais e R\$ 250,00 para todos os praças."

Mesmo que tenham 30 anos de serviço, recebem R\$ 250,00. E todos os oficiais, mesmo que tenham um ano de serviço, recebem R\$ 2 mil.

"Vocês estão protestando contra essas vantagens, mas isso não é inteligente! Vocês têm que nos deixar ganhar porque fortalecem o argumento de vocês para depois vocês também ganharem!"

Nós estamos há 18 anos, desde 1992, escutando esse discurso. E agora os apadrinhados, dentro da secretaria de estado da Saúde - os apadrinhados conforme o ex-secretário falou aqui naquele microfone de apartes, que quem tinha padrinho forte ganhava -, estão fazendo esse mesmo discurso contra a maioria dos servidores da Saúde: "Olhem, se ganharmos agora, depois vocês vão ganhar!"

Não aconteceu isso em 18 anos dentro da Segurança Pública! Eles ganham uma vantagem generosa, gorda, e nós saímos para correr atrás! Estou contando uma história, uma saga de 18 anos. Aí se eles ganham a vantagem gorda, vamos nos organizar, mobilizar e requerer para ganhar uma proporção daquilo. E o que sobra para nós? Cadeia, processo administrativo, processo na Justiça Militar, Conselho de Disciplina com exclusão, perseguição, transferência arbitrária, humilhação dentro dos quartéis. Mas nós vamos para a luta e alguns são excluídos, muitos são presos, a maioria é humilhada. E aí conseguimos uma pequena parcelinha daquilo que seria uma proporção razoável. E quando estamos perto de chegar à proporção adequada, eles dão mais um salto.

Essa é a saga de 18 anos da política salarial na Segurança Pública no estado de Santa Catarina. E vale para a Polícia Civil, para o sistema prisional, mas, especialmente, para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

O discurso de farinha pouca, meu pirão primeiro humilha e degrada o serviço público porque humilha a maioria dos servidores. Infelizmente, ainda não conseguimos superar isso!

Ingenuamente, por sermos honestos, acreditamos que Luiz Henrique iria sanar esse trauma, porque foi prometido, dezenas de vezes, desta tribuna, para os praças aplaudirem; assim como em atos públicos, no hall da Assembleia, nos anos de 2003 e 2004; em praça pública, em atos oficiais do governo. Mas no segundo mandato negou tudo, reverteu, parou de pagar a Lei n. 254, porque era inexequível, no linguajar de muitos. E afirmo aqui, com toda certeza, que pagar a Lei n. 254 custaria muito menos do que estão gastando com as leis que aprovaram aqui no inverno passado e com mais essa medida provisória. Ou seja, estão gastando mais para beneficiar ainda mais aqueles que já vinham, historicamente, sendo beneficiados. E a maioria se sente revoltada, humilhada e ultrajada.

Hoje, neste plenário, vai-se colocar em votação a medida provisória da Saúde, que tem esse caráter pernicioso, insequente e indecente. E ninguém vem aqui assumir a paternidade! Ninguém diz: "Fui eu que inventei o projeto de lei que virou a MP n. 0174", assim como ninguém



assume que é o autor da Medida Provisória n. 0169, aquela que sacaneia mais uma vez a maioria dos policiais e dos bombeiros militares deste estado. Noventa e cinco por cento dos militares estaduais estão sendo sacaneados pela Medida Provisória n. 0169, que um dia desses deve aparecer por aqui, porque está lá na comissão de Finanças e Tributação!

Querem convencer a maioria dos trabalhadores da Saúde que é normal os apadrinhados ganharem R\$ 1 mil ou R\$ 2 mil, enquanto a maioria não ganha nada ou fica esperando, e que, lá na frente, quem sabe, haja alguma vantagem. Política salarial absurda, criminosa, desrespeitosa, humilhante, que destrói a qualidade do serviço público porque humilha, massacra e degrada a maioria dos trabalhadores públicos deste estado.

Triste fim do governo Luiz Henrique! Poderíamos ainda resolver isso, mas parece que o caminhão continua marchando na direção de aumentar a discriminação contra a maioria dos servidores do estado.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, retorno à tribuna somente para destacar, deputado Dieter Janssen, dois projetos de lei que apresentei nesta Casa, que foram vetados pelo governo e que virão hoje à votação no plenário. Um dos projetos, deputado Kennedy Nunes, visa beneficiar os mais de cinco mil taxistas que há no estado.

Eu, como médico do trabalho, primo pelas questões de segurança e sei que a legislação federal permite a isenção de IPI para veículos de até duas mil cilindradas. No entanto, a isenção do ICMS para taxistas em Santa Catarina prevê a isenção de ICMS para carros de até mil cilindradas, ou seja, com motor 1.0.

Então, o serviço de um taxista que tem que levar três ou quatro pessoas, que sobe e desce morro, é maior, pois além do aumento do consumo de combustível, há a questão da segurança na ultrapassagem e há a própria negociação, quando vai vender o carro.

A Procuradoria-Geral do Estado deu um parecer no sentido de que o projeto geraria despesa e como tal não poderia ser da iniciativa deste Parlamento. No entanto, aqui foi feita uma emenda a uma medida provisória incrementando todo o investimento justo e necessário para o pagamento dos funcionários da Saúde. Além disso, se o taxista não compra o veículo, não gera despesa nenhuma e não há a mínima renúncia fiscal.

No entanto, parece que nós, neste plenário, não temos como objetivo apresentar proposições que visem beneficiar um contingente de trabalhadores, os taxistas, assim como os passageiros dos táxis.

Trata-se do Projeto de Lei n. 0394/2008 e esperamos que hoje

possamos derrubar o veto a ele oposto, porque não tem o menor cabimento. O objetivo do projeto é, além de dar mais segurança e mobilidade aos usuários de táxi, incentivar os taxistas a terem uma ferramenta de trabalho em melhores condições.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Jailson Lima, vou votar pela derrubada do veto, porque entendo que já está garantido na lei federal e por isso o estado poderia estender esse benefício para essas pessoas poderem fazer esse trabalho tão importante em cada cidade, que é o serviço de táxi.

Por isso v.exa. já tem a minha palavra de que vou votar pela derrubada do veto, por entender que esse projeto vai beneficiar para muita gente.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, pela sua contribuição.

Há outro projeto de lei que apresentamos e cuja mensagem de veto também virá à deliberação do Plenário.

Determinado dia encontrei o governador Luiz Henrique e falei-lhe sobre esse projeto, deputado Ronaldo Benedet. Ele disse: "Meu Deus do céu, vetei isso?!" Nós sabemos que muitas vezes chegam ao Executivo indicações, processos, a Procuradoria Jurídica dá o parecer, mas o governador não tem tempo hábil para ler tudo aquilo, o que é justificável.

Agora, esse projeto de lei prevê, deputado Silvio Dreveck, que em toda área reflorestada, daqui para frente, 5% sejam de matas nativas com teor alimentício para a fauna, porque temos visto, por exemplo, a passarinhada passando fome nos grandes reflorestamentos porque não há mais alimento para os bichinhos.

Se nós temos que analisar a questão da manutenção da área dos córregos, dos olhos d'água, dos rios, dos cursos fluviais, esse projeto demonstra mais um absurdo cometido pela Procuradoria-Geral do Estado. Entendo que vir aqui para dizer amém e assinar relatórios, não justifica a existência do Parlamento, deputado Moacir Sopelsa.

Por isso, faço uma solicitação aos colegas, no sentido de derrubarmos, hoje à tarde, o veto oposto a esse nosso projeto de lei.

Quero também fazer coro ao pronunciamento do deputado Kennedy Nunes, hoje pela manhã, sobre a medida provisória que tramita na Casa relacionada aos funcionários da Saúde. É importante ressaltar não só a questão jurídica, quanto à sua validade ou não; não só a questão legal, quanto à sua oportunidade em virtude da época pré-eleitoral, mas principalmente a questão econômica, com relação ao impacto financeiro nas contas do governo estadual.

Se considerarmos que a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa limites e que o estado não apresentou esse estudo; se considerarmos que a medida provisória contemplou apenas uma parte dos servidores e deixou a grande maioria de fora; se considerarmos que não foi feito um debate claro sobre isso, nós, da bancada PT nesta Casa - e comprovam os inúmeros discursos feitos pelos parlamentares nesta Casa -, sempre fomos críticos à falta de uma política

unificada de recursos humanos e de salários do funcionalismo público estadual. Sempre fracionaram a política salarial, fazendo políticas individualizadas e sem colocar no contexto o conjunto do funcionalismo, porque há muitos servidores que não foram contemplados em outras circunstâncias.

Já registramos aqui o fato de que não estão sendo contemplados todos os funcionários; de que, com certeza, os professores ganharão na Justiça o piso salarial da educação; de que nessa medida provisória isso também não foi contemplado nem colocado para o ano que vem.

Então, a argumentação do deputado Kennedy Nunes neste plenário, hoje pela manhã, é bastante prudente para todos os servidores que estão nesta Casa e nós, do PT, já mostramos a nossa posição, ou seja, votaremos a favor da medida provisória, através do substitutivo global apresentado pelo deputado Darci de Matos. Mas é prudente que todos os servidores que aqui estão não considerem como dinheiro no bolso, porque acho que há pouca probabilidade de não haver veto por parte do governo. E na medida em que for oposto o veto, ele será extensivo a toda a categoria da Saúde, tendo em vista que o substitutivo global foi mudado como um todo.

Então, falando em nome dos seis parlamentares que fazem parte da bancada do nosso partido nesta Casa e também da deputada Angela Albino, que assumiu a cadeira do deputado Padre Pedro Baldissera, quero dizer que a nossa posição é muito clara.

Srs. deputados, a partir da semana que vem, dia 3, teremos nesta Casa, substituindo este parlamentar, o deputado Dentinho, que já esteve neste Poder. Licenciarme-ei por 60 dias, deputado Moacir Sopelsa, e a exemplo do deputado Dieter Janssen, que aqui representa o norte do estado, o deputado Dentinho representará também aquela região, principalmente a cidade de Joinville.

Portanto, fica o registro e vamos continuar representando o povo catarinense nas andanças pelo estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Jailson Lima, com toda certeza vamos sentir falta dos seus pronunciamentos nesses dois meses, em função do seu trabalho, da sua amizade e por aquilo que faz por esta Casa. Desejamos que v.exa. também tenha nesses 60 dias uma feliz caminhada.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 33ª Sessão Ordinária, de 28/04/2010, às 14h:

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0174/2010;

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s.: 1.501/2010, 1.512/2010, 1.515/2010, 1.598/2010, 1.599/2010 e 1.600/2010;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0156/2008, 0279/2009, 0389/2009 e 0504/2009.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATOS DA MESA

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 007-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 23 de fevereiro de 2010.

Substituí, na Comissão de Finanças e Tributação, o Deputado José Natal Pereira, pelo Deputado Gilmar Knaesel; na Comissão de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o Deputado Adherbal Deba Cabral, pelo Deputado Ronaldo Benedet; na Comissão de Agricultura e Política Rural, o Deputado Ismael dos Santos, pelo Deputado Onofre Santo Agostini; na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, os Deputados Adherbal Deba Cabral, Carlos Chiodini, Ismael dos Santos e José Natal Pereira, pelos Deputados Ronaldo Benedet, Valdir Cobalchini, Onofre Santo Agostini e Gilmar Knaesel; na Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, os Deputados Carlos Chiodini e José Natal Pereira, pelos Deputados Valdir Cobalchini e Gilmar Knaesel; na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, o Deputado Elizeu Mattos, pelo Deputado Valdir Cobalchini; na Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, o Deputado Carlos Chiodini, pelo Deputado Valdir Cobalchini; na Comissão de Turismo e Meio Ambiente, o Deputado Ismael dos Santos, pelo Deputado Onofre Santo Agostini; na Comissão de Pesca e Aquicultura, o Deputado Adherbal Deba Cabral, pelo Deputado Ronaldo Benedet; e na Comissão de Legislação Participativa, o Deputado Ismael dos Santos, pelo Deputado Onofre Santo Agostini.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Antônio Aguiar  
Deputado Cesar Souza Júnior  
Deputado Marcos Vieira  
Deputado Dirceu Dresch  
Deputado Décio Góes  
Deputado Joares Ponticelli  
Deputado Elizeu Mattos  
Deputado Romildo Titon  
Deputado Sargento Amauri Soares

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Darci de Matos  
Deputado Marcos Vieira  
Deputado *Gilmar Knaesel*  
Deputado Pedro Uczai  
Deputado Lício Mauro da Silveira  
Deputado Silvio Dreveck  
Deputado Manoel Mota  
Deputado Renato Hinnig  
Deputada Professora Odete de Jesus

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Darci de Matos  
Deputado Nilson Gonçalves  
Deputado Pedro Uczai  
Deputado Kennedy Nunes  
Deputado Genésio Goulart  
Deputado *Ronaldo Benedet*

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado *Onofre Santo Agostini*  
Deputado Serafim Venzon  
Deputado Dirceu Dresch  
Deputado Reno Caramori  
Deputado Romildo Titon  
Deputado Rogério Mendonça (Peninha)

#### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputado *Gilmar Knaesel*  
Deputada Ana Paula Lima  
Deputado Kennedy Nunes  
Deputado *Valdir Cobalchini*  
Deputado *Ronaldo Benedet*

#### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Jean Kuhlmann  
Deputado *Gilmar Knaesel*  
Deputado Décio Góes

Deputado Reno Caramori  
Deputado Manoel Mota  
Deputado *Valdir Cobalchini*  
Deputado Narcizo Parisotto  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
Deputado Cesar Souza Júnior  
Deputado Serafim Venzon  
Deputado Pedro Uczai  
Deputado Lício Mauro da Silveira  
Deputado Edison Andrino  
Deputado *Valdir Cobalchini*  
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Darci de Matos  
Deputado Dado Cherem  
Deputada Ana Paula Lima  
Deputado Kennedy Nunes  
Deputado Antônio Aguiar  
Deputado Genésio Goulart  
Deputada Professora Odete de Jesus

#### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Jean Kuhlmann  
Deputado Dado Cherem  
Deputado Dirceu Dresch  
Deputado Joares Ponticelli  
Deputado Manoel Mota  
Deputado Elizeu Mattos

#### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Serafim Venzon  
Deputado Pedro Uczai  
Deputado Silvio Dreveck  
Deputado *Valdir Cobalchini*  
Deputado Elizeu Mattos  
Deputado Renato Hinnig  
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

#### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Nilson Gonçalves  
Deputada Ana Paula Lima  
Deputado Lício Mauro da Silveira  
Deputado Elizeu Mattos  
Deputado Renato Hinnig  
Deputado Edison Andrino  
Deputado Narcizo Parisotto

#### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado *Onofre Santo Agostini*  
Deputado Marcos Vieira  
Deputado Dirceu Dresch  
Deputado Reno Caramori  
Deputado Edison Andrino  
Deputado Renato Hinnig  
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

#### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Dado Cherem  
Deputado Pe. Pedro Baldissera  
Deputado Reno Caramori  
Deputado Edison Andrino  
Deputado *Ronaldo Benedet*  
Deputado Darci de Matos  
Deputado Ozair Coelho de Souza (Polaco)

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado *Onofre Santo Agostini*  
Deputado Nilson Gonçalves  
Deputado Pe. Pedro Baldissera  
Deputado Lício Mauro da Silveira  
Deputado Rogério Mendonça (Peninha)  
Deputado Genésio Goulart  
Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio

Presidente  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 002-DL, de 23 de fevereiro de 2010.

Substitui o Deputado Adherbal Deba Cabral, na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, pelo Deputado Ronaldo Benedet.

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Deputado Jean Kuhlmann  
Deputado Serafim Venzon  
Deputado Pe. Pedro Baldissera  
Deputado Kennedy Nunes  
Deputado Joares Ponticelli  
Deputado Antônio Aguiar  
Deputado *Ronaldo Benedet*  
Deputado Romildo Titon  
Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 010-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 319 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Comissão Especial integrada pelos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Antônio Aguiar, Joares Ponticelli, Décio Góes, Cesar Souza Júnior, Gilmar Knaesel e Ozair Coelho de Souza, com a finalidade de apreciar a indicação, pelo Senhor Governador do Estado, do nome do Senhor Adircélio de Moraes Ferreira Junior, para ocupar a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de abril de 2010

Deputado Gelson Merisio  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Jailson Lima, por um período de sessenta dias, a contar de 04 de maio do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 036-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão João Girardi, 2º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 037-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONVOCA o cidadão José Paulo Serafim, 3º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 038-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Vânio dos Santos, 4º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 3º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 039-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Dionei Walter da Silva, 5º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 4º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 040-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Paulo Roberto Eccel, 6º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 5º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 041-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Adilson Mariano, 7º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 6º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 042-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Cirio Vandresen, 8º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 7º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 043-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Marcos Aurélio Fernandes, 9º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 8º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 044-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Wilson Vieira, 10º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 9º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente  
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA Nº 294, de 04 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **SONIA VALDIRA DE CARVALHO BERNARDES**, matrícula nº 1105, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia da Seção Pedagógica, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 22 de abril de 2010 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 295, de 04 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0662/10,

**RESOLVE:** com amparo no art. 2º, § 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **DEJAIR DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 1344, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, a contar de 26 de janeiro de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputada Ada Faraco de Luca - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 296, de 04 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0630/10,

**RESOLVE:** com amparo no art. 2º, § 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente

ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **IVALDO MAURICIO ERCKMANN**, matrícula n.º 1264, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, a contar de 15 de abril de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 297, de 04 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

**ATRIBUIR** aos servidores abaixo relacionados,

**ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome do Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Maria Celeste Ferreira Monteiro	1389	0658/10	Especialização	14/04/10
Dirce Lucia Piano	1990	0660/10	Especialização	14/04/10
Leila Mary Paludo Gomes	1276	0657/10	Especialização	14/04/10
Sergio Ney Sant'Ana de Oliveira	2122	0633/10	Especialização	12/04/10

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA Nº 298, de 04 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0599/10,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/03,

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, à servidora **VERA LEHMKUHL**, matrícula nº 1547, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO - Presidente**  
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA PARA DEBATER OS "CARTÕES DE CRÉDITO: REGULAMENTAÇÃO, CUSTOS ELEVADOS E JUROS ABUSIVOS NA ROTATIVIDADE", REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2010, ÀS 14H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dez, às quatorze horas, realizou-se no Plenarinho Paulo Stuart. Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), a audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo Deputado Estadual Antônio Aguiar, com o objetivo de discutir os "Cartões de Crédito: regulamentação, custos elevados e juros abusivos na rotatividade". A mestre de cerimônias, Senhora Natel Scheffer Lorenz, abriu os trabalhos desejando boas-vindas a todos e convidou para tomarem assento à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: Deputado Estadual Antônio Aguiar, proponente da audiência pública; a Senadora Ideli Salvatti; o Promotor de Justiça Rodrigo Cunha Amorim, Coordenador-Geral do Centro de Apoio ao Consumidor; o Doutor Viana, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o Senhor Mardilson Fernandes Queiróz, Consultor do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamento, representando o Banco Central; o Senhor Roque Pellizzaro Junior; Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; o Senhor Sérgio Alexandre Medeiros, Presidente da

Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina; e o Deputado Federal Paulinho Bornhausen. A audiência pública foi presidida pelo Deputado Estadual Antônio Aguiar, que agradeceu a presença de todos, saudou os membros da mesa e desejou as boas-vindas ao Parlamento catarinense. Iniciou falando da satisfação e da importância de estarem discutindo um problema nacional. Na sequência, passou a palavra à Senhora Senadora Ideli Salvatti, que saudou a todos e parabenizou o Deputado Antônio Aguiar pela iniciativa de promover essa audiência pública sobre um assunto absolutamente pertinente, necessário e urgente, apesar das dificuldades encontradas em promover as mudanças que se fazem necessárias nessa área do chamado "dinheiro de plástico", pois é assim que são denominados os cartões de crédito. Fez a entrega da ata da reunião ordinária que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado realizou no dia 23 de junho de 2009, quando, pela primeira e única vez, estavam presentes os representantes dos cartões, enfatizando que foi uma audiência bastante importante, na qual foi debatida a consolidação do grupo de trabalho que tem como participantes o Ministério da Fazenda e o Banco Central, buscando encontrar uma regulamentação para esse setor, porque, apesar de atuarem na parte financeira acabam tendo o "financiamento", principalmente com aqueles juros abusivos, e se levarem ao rigor da Legislação não podem ser caracterizados como instituição financeira. Registrou que existe um projeto de lei de autoria do Deputado Edinho Bez que busca caracterizá-los como instituição financeira até para poder ter a fiscalização, a regulamentação. afirmou que naquela reunião foram debatidas todas as mazelas e os principais problemas por não ter a malfadada maquininha, que por não ter, numa era de tecnologia tão avançada, conseguido interligar as maquininhas

para que o comerciante tenha uma única maquininha que possam ser usados todos os sistemas, considerando isso um absurdo. Falou que quando é descoberta a quantia que é cobrada e a renda, o volume da renda, única e exclusivamente, pelo aluguel das malfadadas maquininhas, que é de mais de um bilhão por ano, aí se entende porque há dificuldade de encontrar uma tecnologia que possa resolver esse problema. Registrou que os juros, as taxas, são extremamente altos e tem o duopólio, que são duas redes, que agora é Cielo, que tem uma propaganda linda, argumentando que em vez de gastarem tanto em propaganda poderiam baixar um pouquinho as taxinhas de juros. Disse que tem acompanhado atentamente essa questão e, juntamente com o Senador Aldemir Santana, foi autora de uma emenda, que acabou sendo vetada. Argumentou que consegue entender a resistência e a dificuldade quanto se tem a dimensão dos valores, exemplificando que em 2010, segundo estimativas do mercado, a indústria brasileira de cartões, incluindo crédito e débito, vai chegar a quatrocentos e dois milhões de "plásticos", sendo mais do que o dobro da população brasileira, que é de cento e noventa milhões de brasileiros. Informou que o número de cartões teve um crescimento de quase 9% sobre 2009 e o faturamento do setor é a bagatela de R\$467 bilhões (quatrocentos e sessenta e sete bilhões), ou seja, quase meio trilhão de reais por ano, dizendo conseguir entender a força que eles têm no Congresso com os Parlamentares e também a dificuldade que se tem, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, é de aprovar qualquer matéria relacionada a esse assunto no sentido de se fazer uma pouco mais de Justiça, dar mais transparência e um pouco mais de democracia no acesso a esse volume de recursos. Falou que isso penaliza tanto o usuário do cartão quanto o comerciante, porque, enquanto na grande maioria dos países o dinheiro retorna em dois ou três dias no máximo, aqui o pagamento com cartão só retorna ao comerciante, em média, 31 dias depois, reforçando a necessidade de mudanças significativas. Disse ter a esperança de que esse grupo de trabalho do Ministério da Fazenda e do Banco Central resolva de uma vez por todas as medidas a serem adotadas, informando que têm algumas que estão se prenunciando, como a questão da maquininha, da rede, que está para ser resolvida para desonerar os comerciantes desse aluguel. Enfatizou que vai continuar cerrando fileiras e buscando tudo o que estiver ao seu alcance, juntamente com os demais partidos e parlamentares que compõem a bancada de sustentação do Governo lá no Senado e na Câmara dos Deputados para poder resolver, porque é isso que se precisa, pois o diagnóstico já está feito, os problemas já estão identificados, os valores já estão contabilizados, os interesses estão muito bem identificados, então é preciso, efetivamente, agir. Sugeriu a produção de documentos, ressaltando que é boa essa parceria entre o Congresso Nacional e a Assembleia do Estado de Santa Catarina, até em respeito ao trabalho que o Senhor Roque Pellizzaro está fazendo como representante da entidade nacional na busca de solução. Agradeceu a todos e encerrou sua manifestação. Na sequência, o Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) disse saber que hoje quem regula a situação dos cartões de crédito é a Lei 4.595, através de circulares e portarias, e que às vezes as leis são difíceis de serem aprovadas, perguntando à Senadora se há possibilidade da interferência no Conselho Monetário Nacional para agilizar essa questão. A Senhora Senadora Ideli Salvatti responde que o grupo de trabalho em que participam o Ministério da Fazenda e o Banco Central tem como principal objetivo propor ao Conselho Monetário Nacional e ao Congresso alguns ajustes de conduta, o que já aconteceu em vários setores da economia ou através de lei, salientando que tem algumas situações que podem ser feitas de um jeito ou de outro. Falou que a expectativa é de que haja um encaminhamento conjunto do Banco Central e do Ministério da Fazenda ao Conselho Monetário Nacional, o que vai acabar tendo um peso maior do que apenas um posicionamento do Congresso Nacional. Acredita que devem dar mais um mês ou dois de tempo e que têm coisas com perspectivas de avanço, mas disse ter a convicção de que quando a audiência completar um ano, no dia 23 de junho de 2010, vai ser proposto um ajuste de conduta (TAC), via Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para que se possa avaliar o que grupo teve efetivamente condições de avançar ou não e se tem como acelerar os projetos. Mostrou a sua preocupação com a aprovação de matérias sobre este assunto no Congresso, pois a experiência não é boa, até por que os interesses são muito significativos, são vultosos, e quando há esse tipo de lobby é muito difícil, não é coisa simples de aprovar. O Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) agradeceu a Senadora pela presença e passou a palavra ao Senhor Roque Pellizzaro Junior. O Senhor Roque Pellizzaro Junior (Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) agradeceu e registrou o trabalho que a Senadora tem feito no Senado em prol desse assunto juntamente com o Senador Adelmir, salientando que a matéria é tão importante que reuniu o PT e o Democratas para discuti-la. Prosseguindo, o Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) registrou que foram convidados os representantes da Visa e da MasterCard mas eles não apareceram, portanto as decisões da audiência pública podem ser consideradas

soberanas. Ato contínuo, passou a palavra ao representante do Banco Central, Mardilson Fernandes Queiroz. O Senhor Mardilson Fernandes Queiroz (representante do Banco Central) agradeceu o convite feito pela Assembleia Legislativa, à Senadora pela presença, cumprimentou os presentes e falou do trabalho do grupo técnico, que a Senadora Ideli mencionou - Banco Central, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e Seae da Secretaria da Fazenda, que também é componente do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Apresentando os slides, explicou a importância dos cartões de crédito e de débito historicamente no Brasil, enfatizando que hoje, em termos de transações, o cartão só perde para o dinheiro, e também já ultrapassou o cheque. Falou da necessidade de conhecer a organização dessa indústria no que diz respeito aos agentes, à estrutura e às condutas que regem essa economia e quais os resultados que eles chegam quanto aos preços e aos lucros. Disse que é importante entender quem são os agentes dessa indústria, afirmando que se fala muito em administradora de cartão de crédito, mas que, na verdade, isso não existe. Apresentou um diagrama mostrando que os proprietários do esquema são a Visa, a MasterCard, a Diners, a Hipercard, a American Express, enfim são esses proprietários que vão dizer quem pode emitir cartão usando a marca dele; vai dizer quem vai ao lojista credenciar, assinar um contrato junto ao lojista para aceitar aquele produto daquela bandeira; e vai definir as regras básicas tecnológicas, de segurança e de condutas. Falou da importância em saber que o proprietário do esquema é uma personalidade jurídica, no caso da Visa, da MasterCard, da American Express e da Diners é internacional; a Hipercard é um proprietário de esquema nacional, mas não são instituições financeiras, no *lato sensu* e no *stricto sensu*, conforme a Lei 4.595. Relatou que para o sistema funcionar é preciso ter uma outra personalidade jurídica chamada de emissores, que no caso dessas bandeiras, nacional e internacional, aceitas não são bancos, são instituições financeiras, e a única imposição do proprietário do esquema é que seja supervisionada pelo Banco Central; para que o usuário consiga fazer alguma transação ele precisa ir numa loja, que também tem um contrato acertado com esse produto, e quem faz isso é o credenciador e não a instituição financeira; os credenciadores aqui no Brasil não são instituições financeiras são personalidades jurídicas de propriedade dos bancos, controladas pelos bancos, porque as bandeiras exigem, enfatizando que esse é o modelo mais completo que representa a Visa e a MasterCard. Explicou o funcionamento da estrutura de preços: o emissor cobra do portador por meio de anuidade, mas devolve em milhagem, em benefícios que, dependendo do caso, até zera o custo da anuidade; os credenciadores cobram dos lojistas uma taxa *ad valorem* sobre o valor da transação e também há a questão da infra-estrutura envolvida em forma de aluguel da maquininha; e há uma terceira tarifa, o credenciador pagando para o banco emissor, que se apropria de uma tarifa chamada tarifa de intercâmbio, que é muito importante no equilíbrio desse modelo, porque a especificação do lado do emissor não segue uma economia chamada de recuperação de custos, ele não consegue jogar para o portador todos os custos que ele, o emissor, tem para operacionalizar aquele instrumento. Explicou, ainda, que para fazer frente a esse custo, ele precisa que o credenciador o remunere em parte, porque o credenciador consegue repassar todos os custos para o lojista, alegando que o lojista é menos sensível a variações na taxa de desconto, porque ele depende daquele negócio, ele não consegue viabilizar o seu negócio se ele não aceitar cartão, então o lojista aceita aquela taxa de desconto, e obviamente vai entrar na estrutura de custos do seu produto; e quanto ao consumidor, ele é muito sensível, pois se o banco cobrar R\$ 100,00 (cem reais) pela anuidade ele não aceita. Comentou que hoje na Europa e nos Estados Unidos eles se perguntam se precisam dessa tarifa de intercâmbio para se manter, mas aqui no Brasil estamos tentando resolver um problema que eles já resolveram, que é a concorrência e maior eficiência na infraestrutura tecnológica envolvida nessas transações. Afirmou que os credenciadores da Visanet é a Cielo; os credenciadores da MasterCard é a Redecard; e quem são os emissores dessas duas bandeiras são os bancos brasileiros, hoje todos são habilitados por essas bandeiras para emitir qualquer uma delas. Registrou que no caso do modelo de três partes - American Express, Diners e Hipercard -, segue o modelo em que o proprietário, o emissor e o credenciador normalmente são a mesma personalidade jurídica, afirmando que no Brasil o American Express é do Grupo Bradesco, que faz o papel tanto de emissor como de credenciamento e que pode ter no Banco do Brasil ou do HSBC, porque a American Express está começando a lançar o modelo de quatro partes. Questionou o modelo que consegue se sustentar, a longo prazo, se é o de quatro partes ou o de três partes, respondendo que no mundo as bandeiras mais aceitas são a Visa e a MasterCard, porque todo mundo trabalha para elas, todos os bancos trabalham tanto no lado da emissão quanto no lado do credenciamento. Explicou que quando se vai por um modelo de três partes fica num mundo mais restrito, porque tem um ente trabalhando por aquela bandeira e acaba sendo um esquema para nichos; que o Diners procura alta renda, a

American Express foi assim por muito tempo e o Hipercard é o modelo nacional que está buscando o seu nicho de negócio aqui no Brasil, e tem conseguido. Falando sobre a tarifa de intercâmbio, disse que é aquela tarifa que o credenciador remunera o emissor, que é um percentual sobre o valor das transações e ela é base para a tarifa que o credenciador vai definir para o lojista, porque depois terá que passar para o emissor. Enfatizou a evolução histórica dos cartões de crédito e cartões de débito, salientando que esse valor é uma média da média e que está falando de todas as bandeiras, todos os segmentos do mercado e todos os tipos de produto, então essas tarifas têm um tabela definida que depende tipo do produto, exemplificando os cartões do tipo Gold, Platinum, Infinity e Black, que estão cada vez evoluindo mais em termos de nome, mas no fundo o que está por trás disso é uma maior tarifa de intercâmbio, quanto maior a evolução do produto maior a tarifa de intercâmbio, isto é, o banco emissor recebe uma remuneração maior. Explica que essa taxa de intercâmbio depende se o lojista participa de um segmento de supermercado, varejista, atacadista, departamento de roupas e outros, daí eles têm uma classificação de segmentos de mercado e de lojas e estipulam tarifas diferenciadas em função disso. O Senhor Roque Pellizzaro Junior (Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) expôs que é interessante ver no gráfico o percentual de uma coluna com os anos que estão na outra coluna, concluindo que o volume cresceu muito de 2002 para 2007 em qualquer negócio, e quando cresce o volume deve cair o preço unitário porque está-se ganhando por volume, então essa indústria cresceu no volume e cresceu no preço unitário. O Senhor Mardilson Fernandes Queiroz (representante do Banco Central) disse que essa tarifa de intercâmbio é diferenciada em função do número de parcelas, exemplificando que se for uma compra de uma parcela só, que é chamado à vista, é um preço, mas se for de até cinco parcelas aí cada bandeira tem o seu esquema, a sua estrutura de montar tarifa, variando em função disso. Referiu-se à taxa de desconto, que, na verdade, é a tarifa que o lojista remunera o credenciador, ou seja, é um percentual do valor da compra, da transação ali realizada; ao cartão de débito que está na faixa de 1.6% e é atrelado ao banco, exemplificando o parcelamento do CDC do Banco do Brasil; e informou, ainda, que só há dois cartões de débitos no Brasil: o Visa Electron e o Maestro. Explicou que o lojista, quando a compra é feita no cartão de débito, recebe à vista e que o cartão é só um meio de automatizar a liberação daquele crédito, o que é muito comum em lojas de mercadorias de construção civil, que tem o CDC para construção civil, do Banco do Brasil, o que pode acontecer com outros bancos. Ainda, informou que além dos cartões Visa Electron e Maestro, existia até pouco tempo o cheque eletrônico da Bandeira TecBan, que representava para o lojista a metade do valor do Visa Electron e do Maestro e foi desativado pela indústria bancária, daí a grande pergunta: por que ele foi desativado? Referiu-se às inovações que existem de produtos que dependem do banco, dizendo que isso não é da bandeira, do esquema, no caso é um banco agregando um serviço no cartão de débito. *(Taquígrafo-revisor: Ione Mello)* Explicou como se organizavam as cinco credenciadoras, representadas pela Cielo, RedeCard, MarterCard, Tecban e Hipercard e que eles fornecem a estrutura, o hardware e a conectividade, fazem a captura, o processamento e o roteamento das transações, inclusive internacionais, bem como fazem a liquidação e compensação e que tudo é verticalizado dentro dos entes, o que dificulta a entrada de outro concorrente neste processo. Explicou o modelo de infraestrutura dos principais fornecedores de cartão de crédito, afirmando que não há compartilhamento de infraestruturas entre eles. Explanou a composição das taxas de descontos e das tarifas de intercâmbio. Através de gráficos, mostrou um resumo da evolução da rentabilidade, tanto dos credenciados quanto dos emissores, que é crescente, e que a taxa de crescimentos dessas rentabilidades supera a taxa do crescimento do número de cartões, de transações e dos valores das transações. Comentou o que vem sendo discutido com a indústria em termos de infraestrutura, que é um ambiente interoperável. Disse que há conversas e interações entre todas as bandeiras e marcas de cartões, pois isso agrega valor ao produto. Citou que a interoperabilidade é comum em ramos como a telefonia móvel, mas não no setor dos cartões de crédito, onde deve haver um empurrão, explicando que isso ocorre com a finalidade de redução de custos. Citou que haveria uma economia de R\$ 420 milhões (quatrocentos e vinte milhões) se houvesse interoperabilidade em termos de processamento e manutenção de 50% entre Visa e MasterCard, dados de dois mil e sete, não considerando o reaproveitamento do equipamento descartado. Agradeceu e passou a palavra ao Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) que registrou presenças. Continuou passando a palavra ao Senhor Roque Pellizzaro Junior, que iniciou agradecendo a presença de importantes autoridades, fato que em sua opinião ajudará o povo a entender como está sendo explorado pela indústria dos cartões de crédito. Citou que vem trabalhando nesta questão há algum tempo, juntamente com o Senhor Mardilson Fernandes Queiroz e que ambos estão levando esse debate aos legislativos estaduais de todo o Brasil e que já participou de mais de dez audiências públicas sobre o

tema, inclusive no Congresso Nacional e no Senado. Disse que demorou certo tempo para entender o processo, lembrando que na época da CPMF lutou, juntamente com o Deputado Federal Paulo Bornhausen, pelo fim da mesma. Citou o Senhor Antonio Rios, que presidia a Visanet, pessoa com a qual se relacionava e junto a ele propôs a retirada da CPMF das transações que envolviam cartões de crédito, e acabou surpreendido com a informação de que as empresas de cartão de crédito não pagavam CPMF, tributo que todas as pessoas físicas pagavam por movimentações financeiras. Utilizando os recursos do programa *data show*, explicou como funcionam os cartões de crédito, enumerando os tipos de cartões, suas características, modos de pagamento e peculiaridades operacionais. Afirmou que muito em breve o telefone celular irá substituir os tradicionais cartões de crédito, processo que já está difundido em países como o Japão, mas que está incipiente no Brasil. Afirmou que a indústria dos cartões de crédito, que é estruturada sobre as figuras do emissor, do credenciador e da bandeira, está sofrendo mudanças no Brasil a partir do trabalho do movimento lojista. Comentou que, representando a CNDL, participou de um Fórum Internacional realizado em Nova York, afirmando que lá, apesar desse processo estar em um nível mais evoluído, estão lutando pela redução das tarifas, que são altas. Disse que no Brasil essa luta está começando, destacando o trabalho da Senadora Ideli Salvatti, do Senador Raimundo Colombo e do Deputado Federal Paulinho Bornhausen, como Presidente da Frente Parlamentar do Comércio Varejista na Câmara Federal, nesse sentido. Explanou que esse processo não afeta somente o consumidor, mas o modelo de negócio brasileiro, afirmando que os pequenos varejistas pagam taxas muito maiores do que a taxa média que é paga pelos grandes varejistas. Neste momento, pediu a palavra, para fazer um complemento, o Senhor Mardilson Fernandes Queiroz, que afirmou que existem tarifas por segmento, por bandeira e por produto, mas que por motivo de sigilo só é divulgada a tarifa média, sendo que este é outro ponto que deve ser atacado, o da transparência nesta indústria e que os tipos de cartão, como Gold, Platinum e Infinity, etc., têm diferença na tarifa, e que também há diferenças de tarifa quanto ao tipo de segmento, sendo que os pequenos lojistas pagam tarifas bem acima da média. Comentou a questão do custo social dos meios de pagamento, que não são desprezíveis para a economia, comentando que nos países ricos isso já é mensurado e que no Brasil a economia no PIB seria de 0,7% anualmente se fosse, num caso hipotético, abolido o uso de dinheiro e cheques no País, mostrando que o uso do cartão pode ser eficiente na redução de custos na economia nacional. O Senhor Roque Pellizzaro Junior retomou a palavra, afirmando que a indústria do cartão é eficiente, só que somente para ela mesma. Exemplificou dizendo que uma pequena mercearia familiar, que fatura na ordem de cinco a dez mil reais por mês, paga mais para a indústria do cartão de crédito do que gasta com todos os seus tributos restantes somados, demonstrando como é pesado este processo. Disse ainda que numa empresa média, com faturamento aproximado a R\$ 50 mil (cinquenta mil) e com quatro funcionários, os gastos com o cartão de crédito são maiores que toda a folha de pagamento desta empresa. Disse que não devem ser discutidos os custos, mas o modelo de Brasil que se quer, optando entre o modelo concentrado, que é o que está em vigência, ou o modelo diversificado, que defende a figura do micro e pequeno empresário, que acarretaria em mudanças, explicando que o grande varejista paga a partir da tarifa média para baixo e o pequeno da tarifa média para cima. Comentou que o Brasil vai ter uma economia de R\$ 1 bilhão (um bilhão) somente com o que vai deixar de pagar com o aluguel de máquinas de cartão de crédito. Disse que será lançada a campanha "Eu quero meu cliente de volta", falando que a partir de primeiro de julho o comerciante não precisará mais ter várias máquinas para poder trabalhar com as diferentes bandeiras de cartões, pois uma única máquina irá aceitar todas as bandeiras, e isso tirará o holofote do emissor e o colocará no comerciante, no prestador de serviço. Lembrou que está sendo proposto aos comerciantes que não assinem contratos de fidelidade com nenhuma operadora de cartão de crédito neste momento, pois este mercado está no início e em breve a concorrência entre operadoras irá gerar avanços muito grandes, o que trará economia aos lojistas. Disse ainda que os lojistas não devem somente negociar o aluguel da máquina, mas também as taxas e prazos de pagamento. Afirmou que o aluguel de uma máquina de cartão de crédito custa, em média, R\$ 100,00 (cem reais) por mês aos lojistas, e que pôde constatar que, em viagem recente aos Estados Unidos, em Nova York custa de setenta a cem dólares o preço pela compra definitiva da máquina. Destacou outro ponto importante, que é o do parcelamento sem juros, citando que não existe nada em que não haja cobrança de juros e que quem acaba pagando esses juros sempre é o consumidor. Afirmou que o Brasil tem uma postura hipócrita em relação à cobrança de produtos, pois não há transparência no processo, sendo sempre o consumidor quem paga por todos os serviços envolvidos no comércio, como contas de luz e água, pois esses valores estão embutidos no preço final. Afirmou que a CNDL fez uma pesquisa onde ficou comprovado que o consumidor brasileiro sabe

que quando paga com cartão de crédito ele está pagando a prazo. Disse que o pagamento parcelado sem juros é discriminatório, porque quando o pequeno empreendedor vai buscar dinheiro para capital de giro ele pega à taxa de mercado interno, na ordem de aproximadamente 2,5% ao mês, e que o grande empreendedor pega o dinheiro no exterior com juros de aproximadamente 2,5% ao ano, gerando concentração. *(Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.)* Acrescentou que a razão das grandes fusões - Pão de Açúcar, Casas Bahia, Ponto Frio, Ricardo Eletro e Insinuante - não são para baratear os preços, porque indústria já está fornecendo no limite dos seus preços, mas estão se estruturando para reduzir custos operacionais (de um lado e de outro) e para reduzir o custo da principal mercadoria que vendem: o dinheiro. Ressaltou que o mercado de concentração está acontecendo porque o Brasil trata a pequena empresa de maneira errada, e é isso que está sendo discutindo no modelo de cartão de crédito. Registrou que lá fora não tem parcelado, não existe essa figura, e contou um caso que ocorreu quando esteve em Nova Iorque: uma Senhora queria comprar uma bolsa e pagar parcelado, mas eles tiveram de explicar que lá não tem parcelamento, você compra e paga o total no vencimento do cartão; que o financiamento dessas compras é feito através do parcelamento do juro, que parece muito com o nosso crédito rotativo. afirmou que a função do comércio não é emprestar dinheiro mas de vender a mercadoria, e a função de emprestar dinheiro deveria ser restrita ao Sistema Financeiro, que deve normatizar, regular e vistoriar através do agente regulador (Banco Central), mas acontece que está se invertendo esse processo num mecanismo que está ficando perigoso para o Brasil, inclusive citou agências reguladoras, como a da Aviação Civil - Anac; a da eletricidade - Aneel; e a das telecomunicações - Anatel. Explicou que o Estado brasileiro, quando montou essas estruturas, criou as agências reguladoras porque são serviços de relevância para o dia a dia do cidadão brasileiro, e qualquer colapso nessas estruturas pode parar o País. Disse que estavam falando de um produto que recebe o título de "meio de pagamento"; que os concorrentes do cartão de crédito são o dinheiro e o cheque (principalmente o dinheiro, porque tem toda uma política de controle de inflação, de controle de papel-moeda para que o Brasil não entre no colapso da hiperinflação) e que 20% das transações são feitas sem qualquer regulação. Colocou a necessidade de enxergar a indústria do cartão de crédito como um todo e que a Lei 4.595 enxerga um pedacinho, o emissor, mas que no resto o Banco Central não tem poder nenhum; que eles chegaram ao ponto de fazer uma proposta de autorregulamentação (que na sua opinião é como por o cabrito a cuidar da horta, ele vai comer tudo), o que é um absurdo. Defendeu que o Banco Central tenha poder sobre essa indústria e consiga enxergá-la como um todo e não aos pedaços. Registrou que a proposta de autorregulamentação foi encaminhada para o Banco Central, que não pode mostrar para ninguém porque é sigiloso, mas todo cidadão tem direito de ver essa proposta e discuti-la. Disse que se cobra no crédito rotativo juro de agiota, que podem ficar ressentidos com a expressão que utiliza para quem cobra juros de doze a quinze por cento ao mês, mas que é uma pessoa de pouco vocabulário e, de uma forma jocosa, só de brincadeira, disse que se o tráfico internacional de drogas pagasse uma taxa de juros dessas, ele acabaria, porque não tem negócio que resista a juros tão elevados. Registrou que as pessoas que pagam essas taxas são as menos esclarecidas, das classes mais baixas da população (de quem o Brasil depende para crescer); que essas pessoas precisam comprar mas não se endividando e gerando receita para essa empresa. Historiou um pouco sobre o surgimento da indústria do cartão de crédito (devido ao alto custo da compensação do cheque), seus desdobramentos e exemplificou todo o processo desenvolvido na compra realizada com o cartão de débito, que não tem risco nenhum (o dinheiro sai da conta na hora e só entra na conta do lojista dali a dois ou três dias com um desconto que pode passar de 2%), e disse que, se esse mesmo cliente for à máquina sacar o dinheiro e pagar a compra em dinheiro vivo, não tem custo nem para ele nem para o lojista. Falou que era uma indústria de poucos bancos, de poucos emissores que mexem com a taxa de intercâmbio, porque, na verdade, apesar de ser um esquema de quatro partes, no Brasil, é de três partes, concentradas em meia dúzia de bancos estatais, entre os quais, o Banco do Brasil. Ressaltou que o lucro desse sistema é tamanho que no ano passado, 2009 (ano de crise financeira internacional), o processo de abertura de capitais na Bolsa foi o menor da história, mas uma dessas empresas fez a maior abertura de capital (no olho do furacão da crise) da história brasileira, tirando o Santander que já tinha ações na Bolsa. Comentou sobre a matéria que saiu no Valor Econômico dizendo que hoje os bancos veem nos emissores, nos donos das operadoras, a sua maior rentabilidade e que o lucro nesse setor cresceu 700% (está no relatório do Banco Central) porque tem alguém pagando e, esse alguém, é o burro do consumidor brasileiro. Concluiu a sua fala agradecendo a oportunidade e parabenizando a Casa. O Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) saudou e agradeceu a presença do Senhor Paulo Cesar Lopes, Presidente da CDL de Blumenau e do Senhor Luiz Roberto Kunde, Presidente da CDL

de Joinville. Na sequência, passou a palavra ao Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Estadual Doutor Viana. O Senhor Deputado Estadual Doutor Viana (MG) saudou todos os presentes e disse que a sua presença, a do Presidente da Câmara de Dirigentes Lojista de Minas Gerais, assim como a de tantos outros lojistas do Estado e do Rio Grande do Sul era exatamente pela importância do assunto. Parabenizou a Assembleia Legislativa de Santa Catarina pela iniciativa (proposição do Deputado Estadual Antônio Aguiar), porque a discussão é extremamente rica. Disse não conhecer o conteúdo do documento que a Senadora Ideli Salvatti entregou ao Presidente dos trabalhos e solicitou uma cópia para analisar. Comentou que Minas Gerais tem uma maneira de ordenar os trabalhos: começo, meio e fim. Que o começo foi a iniciativa da Assembleia em realizar a reunião; o meio são essas informações que todos estão trazendo (os diretores, o Presidente nacional, os comerciantes e o povo - que é quem está sendo mais explorado). Observou que se alguém está ganhando é porque alguém está perdendo, e se há esse lucro exorbitante é porque perde o comerciante e perde o povo. E que o fim são as ações definidas a partir da reunião. E para que não aconteça aqui em Santa Catarina o mesmo que aconteceu na Câmara Federal, um debate público que não resolve nada, a Assembleia deve se posicionar para que as coisas aconteçam. Registrou ser contra esse sistema, porque explora e abusa do poder que tem; que não é preciso pedir um cartão de crédito porque ele chega à sua casa, mas que você precisa ficar atento porque dali a pouco está pagando juros de uma coisa que nem pediu. Disse que eles estão ganhando muito, que são inteligentes e eficientes (para eles), mas que temos que buscar o nosso caminho. Frisou a importância da audiência e que se fez presente para dar apoio à Federação das CDLs, pois acredita nesse movimento; que defende o pequeno comerciante, todo o comércio, todo o setor produtivo, área que mais emprega e que sustentou a crise, segurando seus empregados, caso contrário a crise teria sido uma "marolona" e não uma marolinha, como o Presidente Lula disse. Teceu alguns comentários sobre o que tinham de fazer a partir da audiência (poucas palavras e muita ação), para que não aconteça como a audiência do Senado, que passado quase um ano não aconteceu nada. Disse que estava estimulando e cutucando o Presidente da reunião, o Deputado Estadual Antônio Aguiar - que teve a brilhante idéia -, para ver o que vão conseguir objetivamente para resolver essa questão. Registrou que não adianta falar mal porque eles são poderosos, mas que unidos, com objetivo definido, com eficiência (não basta só o coração e vibração), com efetividade, as coisas vão acontecer. Falou que fica muito inquieto para solucionar o problema que está acontecendo para todo o lado e propôs trabalhar nessa lógica para que o objetivo tenha êxito, que o trabalho tem êxito e que o povo e os comerciantes pelo menos diminuam esse prejuízo; que a partir do momento que começarem a conseguir alguma coisa eles vão balançar. Questionou o fato do cartão de crédito não ser uma instituição financeira se está no meio entre o cheque e o dinheiro (o cheque é financeiro, o dinheiro é financeiro, ele não); que é preciso peitá-los e assumir esse papel em defesa do comerciante e do povo. Enfatizou a sua disposição em levar a iniciativa para Minas Gerais e brigar por ela porque estava aqui para trabalhar, para buscar conhecimento; que estava enriquecido (sua formação é medicina e não sou economista) com a exposição do Banco Central, os conhecimentos demonstrados ali e que agora estava bom para entrar na briga (vai chegar em Minas e dar show de cartão de crédito), mas que não vai ficar satisfeito se não resolverem isso aqui, em Santa Catarina e que se isso acontecer vai começar de Minas e tomar a iniciativa dos catarinenses para fazer as coisas acontecer, porque isso é o que importa. Ressaltou que é preciso diminuir essa roubalheira. Comentou que o Presidente Lula combatia muito especulação bancária, os bancos e que hoje eles estão ganhando tanto ou mais do que no passado. Falou sobre o lobby que é grande, mas que estavam ali para enfrentar isso e não apenas ser figura representativa. Conclamou a todos para trabalhar nessa lógica e disse que o Parlamento é o diapasão da democracia para estimular o Executivo e para cobrar da Justiça. Como encaminhamento sugeriu fazer um resumo de tudo que estava ali e colocar aquilo que querem realmente que aconteça para que os órgãos executores desse processo corram atrás da solução para o problema. Registrou que passou por uma prefeitura e sabe o que é executar. Encerrou a sua manifestação parabenizando o Presidente da audiência pública, deputado Antônio Aguiar; a Assembléia Legislativa; os diretores de agências; os comerciantes e o povo e deixando o abraço de Minas Gerais ao povo catarinense. Dando continuidade a audiência pública, o Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) passou a palavra ao Senhor Sérgio Alexandre Medeiros (Presidente da Câmara de Dirigentes Lojista de Santa Catarina), que cumprimentou e agradeceu ao Deputado Antônio Aguiar pela iniciativa de abrir o espaço para que os lojistas catarinenses juntamente com outros companheiros do Brasil discutissem esse assunto tão importante; cumprimentou o companheiro da CDL Roque Pellizzaro Junior, que deu início a esse momento especial de discussão do cartão de crédito (registrou que as

conquistas já estão chegando e certamente serão ainda maiores, principalmente agora com a participação do Poder Legislativo Catarinense e de outros Estados); cumprimento os demais componentes da mesa e as pessoas presentes. Disse que há muito tempo se utilizava a troca como pagamento e deu exemplo de algumas trocas efetuadas, mas que as coisas vão se modernizando porque existe a necessidade de melhores meios de pagamento e o cartão de crédito, sem dúvida nenhuma, é uma das grandes invenções - assim como agora o pagamento por meio do telefone celular, já que anda com o celular direto (nova forma de pagamento). Lembrou que é preciso ver dos benefícios para o lojista e para o consumidor, e que, com relação à necessidade dos lojistas, verificaram que um dos pontos principais é em relação ao pagamento do cartão de crédito com o preço à vista, onde são praticadas taxas de 3% a 6% e o prazo de ressarcimento, para o lojista, é de trinta e um dias. Explicou detalhadamente a diferença entre o pagamento à vista em dinheiro e o preço à vista no cartão de crédito e que no final quem está sendo penalizado é o consumidor que paga em dinheiro (custo operacional mais barato) e por isso é da opinião que o preço deva ser diferenciado. A seguir registrou como segundo ponto a taxa de 6% (comentada pelo Senhor Roque), e disse que o imposto do SuperSimples da micro e pequena empresa é 4,5%; a administradora de crédito cobra 5% e, se você adiantar o recebimento é 10%. Salientou que com certeza tem alguma coisa errada no mercado. Disse que Santa Catarina tem muitos micros e pequenos empresários que encontram grande dificuldade em repassar isso para o consumidor (o pequeno lojista tem a maior taxa, tem o maior preço de custo do produto), vai ter de vender pelo preço mais caro; em contrapartida o grande lojista tem a possibilidade de ter taxas menores, compras de mercadorias mais baratas e assim vende melhor o seu produto. A seguir, procedeu à apresentação de slides demonstrando os levantamentos feitos nas entidades onde tem o Deacon e o que acontece nos Procons nacionais. Disse que só o cartão de crédito corresponde a 11.1% (80.4mil reclamações), do total de 724 mil demandas recebidas pelos Procons de 23 Estados e do Distrito Federal; que a telefonia móvel é 10.8, e que a fixa é 10.3. Falou da preocupação que têm em relação ao consumidor e ao atendimento dispensado a ele; que o pagamento com cartão é bom, é eficiente, mas tem grandes problemas conforme os números demonstram. Na sequência mostrou um levantamento feito nas CDLs de Santa Catarina que possuem Deacon (Departamento de Assistência ao Consumidor), que tenta diminuir a movimentação do PROCON, numa atuação antecipada com o consumidor que tem algum problema. Disse que foram ouvidas 454 pessoas, classificadas quanto ao sexo, basicamente masculino; quanto à idade, a grande maioria entre vinte e um e quarenta anos; quanto ao Estado civil, a grande maioria casados; e 76% dos pesquisados ganham de um a três salários mínimos, e perguntamos qual a forma de pagamento que causou a inadimplência (CDLs de Florianópolis, Joinville e outras) e 34.8% disse que cartão de crédito foi a causa principal da inadimplência; compra no crediário, 31.9%; compra com cheque a prazo, 10%; cheque à vista 5% e outros. Ou seja, o maior número de inadimplência foi em função de compras efetuadas no cartão de crédito. Falou de uma pesquisa interessante, de julho do ano passado, no Estado de São Paulo, das operações efetuadas pelos consumidores, com cartão de crédito com algum tipo de juro e 28.3% ficaram inadimplentes, um volume extremamente alto. A seguir teceu alguns comentários sobre a campanha "Quero o meu cliente de volta", que buscar resgatar o cliente que está fora do mercado porque está registrado no Serasa, SPC, em tudo que é banco de dados que existe e não tem condições de efetuar qualquer outro tipo de negociação. Registrou ainda a sua preocupação (que deve ser do Ministério Público também) com o consumidor de menor renda que recebe o cartão de crédito na sua casa (participa do mercado, uma coisa interessante), mas que quando recebe, no seu lar, a fatura para pagamento da sua dívida, por exemplo, de uma despesa R\$ 100,00; pagamento mínimo R\$ 20,00. E a pessoa desavisada paga os R\$ 20,00 e entra no rotativo, com juro elevadíssimo, e acaba caindo nesses 28% de inadimplentes que não conseguem pagar suas dívidas. Frisou que essa é a grande preocupação do lojista, do varejista porque sai do mercado pessoas que poderiam ser grandes compradores. Continuando a apresentação da pesquisa feita nos Deacons, disse que outra questão perguntada foi com relação ao número de parcelas e que 15% dos pesquisados comprou em duas parcelas; outros 15%, em três parcelas; e 11% em quatro parcelas, perfazendo um total de 41% até quatro parcelas e 49% responderam mais de cinco parcelas, que dá para observar que quanto maior o número de parcelas maior é a inadimplência. Disse que a pergunta seguinte foi em relação ao principal motivo da sua inadimplência e que 37% responderam desemprego; 27%, a falta de planejamento financeiro, e temos 20% de inadimplência de pessoas que emprestaram o nome para a compra (apesar de várias campanhas efetuadas com relação à compra para terceiros). Observou ainda a importância da discussão para poderem atuar nas questões que deixam o consumidor numa situação pior do que estava, e a preocupação em relação aos lojistas quanto à forma de

pagamento. Falou ainda que a concorrência é o caminho para melhorar as taxas e que a possibilidade de uma única máquina poder capturar todos os cartões deverá reduzir bastante o custo das operações para os lojistas e consumidores. Falou da necessidade de ter um volume maior de empresas para estimular a concorrência no mercado e reduzir essas taxas, bem como uma regulamentação na questão da cobrança de taxas de inadimplência, taxas de atraso e multas nesse sentido. Concluiu a sua manifestação colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento. Dando continuidade, o Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) passou a palavra ao Senhor Promotor de Justiça doutor Rodrigo Cunha Amorim (Coordenador-Geral do Centro de Apoio ao Consumidor), que deu início a sua fala cumprimentando o Deputado Aguiar pela iniciativa da audiência pública que consegue trazer a sociedade e os inúmeros órgãos que têm interesse na defesa tanto do consumidor quanto dos empresários (e até as administradoras de cartão de crédito foram convidadas); que tem um grande efeito, porque se aprende com o assunto e chama-se a atenção das mais variadas visões para se conseguir uma solução para um problema que é nacional. Disse que Santa Catarina não podia ficar atrás nessa discussão e nem ausente do debate sobre cartão de crédito. Ressaltou a importância da discussão e agradeceu a organização do evento em seu nome e do Doutor Gercino Gerson Gomes Neto, a quem estava representando, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina e fez questão de registrar a sua satisfação por ter sido designado para estar ali, porque é Coordenador do Centro de Apoio do Consumidor e poderá trazer um pouco visão na prática das lides diárias do consumidor e trazer um pouquinho da visão do consumidor para este debate também. (*Taquigrafo-revisor: Almerinda Lemos Thomé.*) O Sr. Promotor de Justiça Rodrigo Cunha Amorim (Coordenador-Geral do Centro de Apoio ao Consumidor) iniciou reiterando o que disse à Senadora Ideli Salvatti a respeito dos cartões de crédito ou das instituições bancárias que são um mercado extremamente lucrativo e difícil de lidar. Informou que anualmente a indústria de cartões de crédito movimentam R\$ 400 milhões (quatrocentos milhões), sendo que esse mercado não é estancado e tende a aumentar, pois, segundo o *site* da Cielo, 21% dos gastos diários das famílias brasileiras são pagos com cartão de crédito. Segundo ele, na maioria dos países desenvolvidos, esse gasto é de 40% a 45% e disse que o País ainda tem muito que crescer, mas para que esse crescimento seja ordenado tem-se que parar e pensar qual a direção que se está seguindo nesse mercado. Disse que os dados devem aumentar, pois é um bom negócio para o consumidor, que tem quarenta dias para pagar uma conta; para o empresário, porque reduz a zero o risco de inadimplência; para a sociedade que tem um instrumento formal de pagamento, eficaz e avançado tecnologicamente, retirando de circulação o risco do dinheiro ou do cheque; para as administradoras; e para as entidades financeiras. Falou que o sistema ainda está muito longe da perfeição, ou melhor, que sequer tem-se um sistema formal de controle dos cartões de crédito, e, em seguida, citou algumas dessas imperfeições já referidas na audiência: o empresário, o comerciante e o lojista que pagam pela exorbitância do custo da rede de cartão de crédito, pois pagam o aluguel, a taxa de administração e têm que esperar pelo longo prazo de trinta dias para devolução do dinheiro, ao contrário dos Estados Unidos, onde o prazo é de dois dias; a taxa de intermediação que os agentes financeiros acabam lucrando na negociação do cartão; o maior de número de reclamações, segundo o Procon e o Sistema de Defesa do Consumidor, é com relação aos cartões de crédito, passando do sistema de telefonia, sendo que a maior incidência nessas ocorrências diz respeito à cobrança de anuidades, a qual prometem não cobrar, mas acabam embutindo o valor da anuidade na fatura; a venda casada de cobrança de seguro com a do cartão de crédito; a falta de clareza nos cálculos de financiamentos, pois a pessoa menos desavisada não sabe que está fazendo um financiamento quando é cliente de um crédito rotativo e não sabe o custo efetivo total que está pagando; e a dificuldade no cancelamento dos cartões de crédito. Dando sequência, disse que a própria entidade de cartão de crédito está fazendo uma proposta de autorregulamentação, ou seja, o próprio recordista de reclamações segundo o Procon quer se regulamentar, ditando as regras para o lojista, para o consumidor e para eles mesmos. Para ele, o Estado, dentro de todas as suas facções, a sociedade e os entes que defendem essa sociedade, não podem concordar com isso. Acrescentou que o cartão de crédito já está em uma posição extremamente vantajosa, pois o Superior Tribunal de Justiça entende que o cartão de crédito pratica atos de uma instituição financeira e, por isso, possui os benefícios de uma instituição financeira, pois trabalha com crédito da forma como quer, sem regulamentação, determinando juros sem limitação, sendo que a própria legislação brasileira não trouxe expressamente o que trata de uma instituição financeira. Disse que o único instrumento de defesa é o Código de Defesa do Consumidor e que talvez seja mais complicado do que uma regulamentação. afirmou que o Ministério Público é um órgão público de execução sedento por uma regulamentação sobre a questão e que se precisa de ferramentas para conseguir realizar o desempenho. Ainda



falou que todos os órgãos da sociedade têm que acompanhar esse processo de regulamentação contra uma entidade que recebe R\$ 400 milhões (quatrocentos milhões) por ano e pela sociedade propriamente dita, para que as normas não venham tumultuar ainda mais a situação. Citou que os Estados Unidos passaram por um momento de autorregulamentação extremamente complicado que ocasionou um embate entre o Judiciário e o próprio Legislativo; que o Brasil deve tomar outro caminho, pois não precisa de medidas paliativas, mas de uma legislação rigorosa que tutele o mercado efetivamente. Pensa que essa regulamentação é tema que deverá ser efetivado pelo Congresso Nacional devido às várias comissões que estão se formando e pelo que a própria Senadora falou. Discorreu algumas conclusões básicas enquanto membro representante do Ministério Público, tais como: necessidade da regulamentação do cartão de crédito e que o mesmo, enquanto instituição financeira, venha a ser regulamentado por resolução do Banco Central ou do próprio Conselho Monetário Nacional; que há necessidade de incentivar a concorrência, pois as duas bandeiras atuais dominam o mercado de forma a não permitir qualquer tipo de flexibilização na negociação; que há necessidade de diminuir o custo do cartão de crédito no que se refere à taxa de intermediação, à taxa de administração e aluguel de máquinas; que o contrato para adquirir um cartão de crédito tem que ser claro e efetivo para dar ao consumidor a noção do que está contratando; que o cancelamento do serviço deve ser mais fácil e ser prevista a devolução da anuidade nesse caso; que a contratação de seguro também seja regulamentada, uma vez que é complicado fazer a cobrança na mesma fatura; que a responsabilidade pela perda deve ser exaltada, assim como a clonagem ou qualquer compra indevida. afirmou que a cobrança de taxa diferenciada está longe de ser uma solução para o mercado de cartão de crédito. Explicou que dentro de uma relação de consumo o custo dessa relação é implícito dentro do produto, e não se pode fazer expressamente pelo meio de pagamento uma diferenciação nesse custo. Também disse que não se pode ter um preço para boleto bancário, para cheque, para dinheiro ou para cartão de crédito sob pena de inviabilizar a forma de pagamento e trazer ônus do sistema para o consumidor. Questionou se a compra a dinheiro sairá mais barato ou a compra com cartão de crédito sairá mais caro. Falou que hoje o mercado já atua estabilizado com cartão de crédito, que esse custo é inerente ao negócio, ao risco e tem que diminuir. Informou que no dia sete de abril saiu uma decisão importante do STJ proibindo essa diferenciação e que, enquanto defensor do consumidor, se sentiu muito contente. Por fim, agradeceu a oportunidade de o Ministério Público se fazer presente, dizendo que depois da regulamentação aquele órgão será importante na aplicação dessa lei. O Senhor Deputado Federal Paulinho Bornhausen inicialmente cumprimentou a todos e à Alesc pela realização da audiência pública. Em seguida, disse que a matéria vem sendo discutida há alguns anos no Congresso Nacional com a participação da Frente Parlamentar Mista do Comércio Varejista, na qual há a participação mista de deputados e senadores interessados em trabalhar a visão do lojista e do consumidor. afirmou que tanto o consumidor quanto o lojista, nessa cadeia que vai do cartão de crédito ao consumo, são os que têm maior dificuldade de posicionamento advinda, segundo ele, das relações do passado nas quais o cartão de crédito representava muito pouco como meio de compra. Falou que há dez anos o cheque e o dinheiro vivo eram os meios mais utilizados pelos cidadãos brasileiros e, agora, com o crescimento acelerado dos meios de pagamento, o cartão de crédito demonstra muitas vantagens já demonstradas na presente audiência. Opinou que a diminuição da inflação foi, para ele, a condição *sine qua non* para o crescimento expressivo, no qual se concentraram aqueles que poderiam ser donos desse comércio, ou seja, os bancos, por causa da quantidade de recursos disponíveis para as operações de créditos realizadas. Na sua opinião, isso foi correndo frouxo ao longo do tempo e hoje existe uma relação que não é saudável. Ponderou no sentido de que não se pode deixar nenhuma falha na legislação para que consumidores e lojistas não fiquem lesados, enaltecendo que se refere tanto aos pequenos consumidores como aos pequenos lojistas, e não aos grandes. Disse que o Congresso Nacional vem discutindo a matéria e que há necessidade de se romper alguns pontos, pois há um viés que não é o do Ministério Público, mas que é um viés ideológico com relação ao apego ao momento da formação do Código de Defesa do Consumidor, que era um momento inflacionário fora do controle, em que não se tinha memória de moeda, ou seja, o CDC chegou antes da estabilização da moeda para fazer uma defesa contundente do cidadão brasileiro desprovido. Para ele, de lá para cá, o regime de moeda ficou estável, a inflação controlada e há o início muito tênue de um mercado que precisa de um pouco de flexibilidade. Quanto à questão do Banco Central com os cartões de crédito e da diferenciação de preços, por exemplo, disse que isso se transformou numa discussão dogmática nos Procons. Acha que tem-se que evoluir nessa discussão, pois as tentativas de quebra da paridade, da obrigatoriedade - que pareciam ser uma proteção ao consumidor -, eram, na verdade, uma proteção para a indústria de cartão de crédito dos bancos. afirmou que

participou de diversas reuniões com o pessoal dos cartões, dos bancos, e eles diziam que iam se autorregulamentar, que iam se flexibilizar, mas "dinheiro, não". Ponderou, em seguida, sobre as diferentes características na sociedade rural e na sociedade urbana, uma vez que na sociedade rural, em grande parte do Brasil, não há concorrência, o que torna possível uma prática de *overprice*, ou seja, de sobrepreço, na utilização do cartão se não se tiver a criminalização da diferenciação de preço. Por isso, segundo ele, esse é um desafio para a Constituição. Continuando, disse que na sociedade urbana, em que há a concorrência muito mais focada, mais presente, tem-se a capacidade muito menor de fazer que o sobrepreço seja praticado em função do dinheiro e do cartão. Disse que tem-se que quebrar essa amarra para que haja avanço nesse sentido, pois cada vez que se forçar o dinheiro como concorrente do cartão, eles abrem mão de alguma coisa, como a diminuição de alguma taxa. Por outro lado, disse que se tem que dar força ao Banco Central e que os seus relatórios - feitos pelo próprio governo - são fundamentais para uma regulamentação forte que imponha condições, mas que não iniba a questão do consumo, do mercado do cartão de crédito, muito menos da sua utilização. Ou seja, segundo ele, é preciso um caminho para fazer uma legislação moderna, atual, que proteja o consumidor e o lojista para que esses não fiquem à mercê do capital que é muito grande nessa questão dos cartões de crédito. Falou que, mesmo que se consiga abrir a competição, é difícil num período inferior a dez anos estabelecer uma quebra do duopólio que se instalou no Brasil - daí a importância de uma regulamentação mais forte. Acha que experiências vividas em outros países e condições estabelecidas para outros mercados seriam importantes para um estudo comparativo, a fim de que se possa avançar na legislação e concorda que se deve recorrer a um órgão regulador do sistema, tal como o Banco Central, que, na sua opinião, parece ser o mais correto. Contudo, disse que a matéria demanda um pouco mais de discussão e questiona qual seria o impacto no Banco Central no custo final. Disse que assusta muito a idéia de o Banco Central ser um operador de cartão, mas há a justificativa de que os bancos também têm um custo adicional com relação à questão da fiscalização do Banco Central. Disse que vê com bons olhos a questão da autorregulamentação, porque se começa a colher informações e corroborá-las com outras. Lembrou que nas três primeiras reuniões públicas que debateram o tema os representantes dos cartões de crédito não comparecem e nem mandaram representantes, mas agora correm atrás com propostas de autorregulamentação; que se deve aceitar, mas não condicionadas a não ter legislação. Falou que essa luta ainda vai se estender por muitos anos com ganhos para a sociedade, para a área do comércio varejista do Brasil, que é, para ele, um grande paraquedo da economia, um regulador de uma atividade econômica pulverizada, portanto, não concentrada em mãos de poucos, diferente da atividade de cartões de crédito. Desejou que ao longo do tempo isso seja pulverizado com mais competidores, com mais ofertas, para que o consumidor possa ganhar e o comerciante trabalhar tranquilamente. Parabenizou os participantes da discussão que estão prestando um grande serviço ao Brasil e disse que a discussão tem que ser levada a Brasília. Pediu paciência ao Ministério Público na área de defesa do consumidor a respeito de alguns dogmas que ainda são colocados, pois há uma intervenção muito grande do órgão de defesa do consumidor tanto na Câmara como no Ministério Público e nas ONGs, mas é preciso discutir tudo, sem perder o espírito da defesa do consumidor, e fazer algumas mudanças necessárias na legislação para nunca regredir. Por isso, a participação de todas as entidades é fundamental. Ao final, colocou-se à disposição para colaborar e agradeceu a oportunidade. O Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) deixou livre a palavra, ato em que se inscreveu o Senhor Aldo Nienkötter, empresário da Grande Florianópolis e membro da Fiesc e da CDL, que disse que vem sofrendo os embates de que o dinheiro é uma coisa e o cartão é outra. afirmou que hoje prefere receber um cheque e pagar 1,2% garantido, pois se o cheque não for pago, ele recebe da empresa que o garantiu, do que receber do cartão de crédito, já que paga por mês mais ou menos R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Falou para o promotor que é importante haver diferenciação de cartões de crédito, porque há um custo e uma espera de trinta dias para receber, e que, se não tiver esse custo, pode-se dar desconto de 3% para quem paga com dinheiro. Segundo ele, tem-se que chegar a um consenso para que as empresas possam oferecer um valor menor na mercadoria para o consumidor, porque se está cobrando mais por causa do cartão de crédito. Por fim, disse que veio especialmente para a audiência e que é um tema que merece ser discutido. O Senhor Presidente (Deputado Estadual Antônio Aguiar) disse que gostaria de elaborar uma proposta sobre a matéria com a ajuda do presidente Sérgio seja para o Congresso Nacional, seja para o Conselho Monetário Nacional. Falou estar se sentindo feliz por ter discutido um tema tão importante e confirmou uma conclusão que já tinha: a de que o cheque é mais barato do que o cartão de crédito. Mostrou-se, por fim, honrado com a presença de todos na mesa, agradeceu todos os participantes e encerrou a audiência pública.

DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO AGUIAR

PRESIDENTE

\*\*\* X X X \*\*\*

## ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As quatorze horas do dia trinta e um de março do ano de dois mil e dez, reuniram-se na sala de Imprensa, a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Rogério Mendonça (Peninha) e presentes os demais Deputados Membros: Reno Caramori, Ismael dos Santos e Serafim Venzon. Aberto os trabalhos, o Presidente Deputado Rogério Mendonça, fez leitura da ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Seguindo fez leitura do seu Requerimento juntamente com os Deputados Dirceu Dresch e Pedro Uczai propondo a realização de uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia para promover debate sobre o Projeto de Lei Complementar nº 071/2009, que "Cria a Fundação Estadual de Meteorologia e Pesquisas do Clima de Santa Catarina - CLIMESC e estabelece outras providências". A Audiência foi aprovada para ser realizada no dia vinte e oito de abril as nove horas no Plenário da Assembleia Legislativa. Dando Continuidade fez leitura do Requerimento do Deputado Dirceu Dresch solicitando Audiência Pública a ser realizada na cidade de Maravilha para "Debater sobre a Resolução nº 281, do CONTRAN, - Conselho Nacional de Trânsito, que estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação". Em discussão, foi deferido realizar a Audiência na Assembleia Legislativa, com data e hora a ser definida com a assessoria da Comissão e do Gabinete do Deputado Dirceu Dresch. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, trinta e um de março de dois mil e dez.

Deputado Rogério Mendonça (Peninha)  
Presidente.

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às quatorze horas do dia treze de abril do ano de dois mil e dez, reuniram-se na sala de Imprensa, a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Rogério Mendonça (Peninha). Aberto os trabalhos, o Presidente Deputado Rogério Mendonça, fez abertura da reunião, e, em seguida encerrou por falta de quorum. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, treze de abril de dois mil e dez.

Deputado Rogério Mendonça (Peninha)  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e sete de abril de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, substituindo o Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Décio Góes, Antônio Aguiar, Joares Ponticelli, Darcy de Matos substituindo Cesar Souza Junior, Lício Mauro da Silveira substituindo Dirceu Dresch, Elizeu Mattos, Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 7ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra aos Senhores Deputados para relatar as matérias em pauta. O **Deputado Antônio Aguiar** relatou a Medida Provisória nº 00174/2010, exarou parecer pela conversão em Projeto de Lei, rejeitando à Emenda Modificativa, voto vencedor do Deputado Lício Mauro da Silveira substituindo Deputado Dirceu Dresch, pela aprovação da Medida Provisória convertida em Projeto de Lei, adotado o parecer da Comissão de Finanças e Tributação, que colocada em discussão e votação, foi aprovada por maioria. O **Deputado Darcy de Matos** relatou o Projeto de Emenda Constitucional nº 0004.2/2010 exarou parecer pela aprovação, que posto em votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 612.1/2009, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. O **Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei nº 0072.6/2010, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Décio Góes** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0124.1/2007, exarou voto vista pela aprovação, contrário ao parecer do relator Deputado Marcos Vieira, este manifestou-se pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Elizeu Matos; o Projeto de Lei nº 00153.3/2010 exarou voto vista pela rejeição, sendo aprovado o voto do relator com parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por maioria.; o Projeto de Lei nº

0476.0/2009 exarou voto vista pela aprovação, com parecer do relator Deputado Cesar Souza Junior pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Elizeu Matos e o Projeto de Lei nº 0569.4/2009 exarou voto vista pela devolução sem manifestação, adotou o parecer do relator pela aprovação, que posto em discussão e votação foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Marcos Vieira. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 2010.

Deputado Romildo Titon

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## EMENDA CONSTITUCIONAL

### EMENDA CONSTITUCIONAL N. 53, de 4 de maio de 2010

Dá nova redação ao art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderá convocar Secretário de Estado e titulares de Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, importando a ausência injustificada em crime de responsabilidade.

§ 1º Os Secretários de Estado e titulares de Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista poderão comparecer a Assembleia Legislativa, ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimento com a Mesa, para expor assunto de relevância de sua Secretaria ou órgãos.

§ 2º A Mesa da Assembleia Legislativa encaminhará, após deliberação do Plenário, pedidos de informação ao Governador, aos Secretários de Estado e aos titulares de Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, sendo que a resposta deverá estar acompanhada de cópias de documentos compatíveis com as informações prestadas pelo órgão inquirido, importando em crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jorginho Mello - 1º Vice-Presidente

Deputado Jailson Lima - 2º Vice-Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

Deputado Valmir Comin - 3º Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - 4ª Secretária

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### Extrato N.º 073/2010

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 009/2010 celebrado em 30/04/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina- AFALESC

OBJETO: Fornecimento de alimentos tais como "coffee breaks", "coquetéis" e outros tipos de alimentação para atender os deputados, seminários, audiências públicas, fóruns, exposições, recepção de delegações, reuniões de bancadas, dentre outras atividades para satisfazer as necessidades em eventos no âmbito da ALESC.

PRAZO: Anual, cujo contrato originário desta inexigibilidade será renovado nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso VIII do Art. 24 da mesma Lei, Autorização Administrativa e Processo Licitatório nº 009/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.41 (Fornecimento de Alimentação).

Florianópolis, 30 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

**Extrato N.º 074/2010**

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 010/2010 celebrado em 30/04/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor-BRASILCON

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) Cota de Participação no **X Congresso Brasileiro do Direito do Consumidor** que acontecerá nas dependências do Hotel Majestic, cidade de Florianópolis SC, no período compreendido entre 18 e 21 de maio de 2010. A aquisição da referida cota permitirá o que abaixo segue:

- Espaço físico de 10 m<sup>2</sup> para colocação de *stand* que poderá ser utilizado para divulgação de vídeo institucional e divulgação das atividades da ALESC;
- 20 (vinte) inscrições de servidores (advogados e Comissão de Direito ao Consumidor);
- Recebimento durante um ano da Revista de Direito ao Consumidor.

VALOR: R\$ 100.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 13, inciso VI art. 25 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0026/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 30 de abril de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 642, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **PAULO ROBERTO ARENHART**, matrícula nº 1597, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, na Diretoria de Comunicação Social.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 643, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LUIZ PAULO CARARO**, matrícula nº 5431, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 644, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **REGINA ESTER VILL DA SILVA**, matrícula nº 5501, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de maio de 2010 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 645, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR PRISCILA DA SILVA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 646, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **ALCIBIADES DE ALMEIDA FARIA NETO**, matrícula nº 5557, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 647, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **NEUSO STRAGINSKI**, matrícula nº 5436, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 648, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **CRISTIANE AIDA CAMILO**, matrícula nº 5851, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 649, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MICHEL ANGELO PEIXOTO**, matrícula nº 5421, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 650, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ELIANE MARTINS DOS SANTOS PEREIRA**, matrícula nº 5561, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 651, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **EUCLIDES SANTO DA SILVA**, matrícula nº 6267, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 652, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência relativo à lotação do servidor à disposição **LAURO SONSINI JUNIOR**, matrícula nº 9069, do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Ozair Coelho de Souza, a contar de 13 de abril de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 653, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR JANIR ANTONIO SIGNOR**, servidor a disposição, no Gabinete do Deputado Jorginho Mello. Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 654, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** os servidores conforme o quadro a seguir:

<b>Diretoria de Comunicação Social</b>			
<b>MATR</b>	<b>NOME DO SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>	<b>CÓD/NÍVEL</b>
4713	Lucia Helena Evangelista Vieira	Diretor de Comunicação Social	PL/DAS-07
0406	Jamile Machado	Consultor Legislativo II	PL/ASI-66
0714	Darci Costa	Técnico Legislativo	PL/TEL-46
1149	Luciano de Carvalho Oliveira	Técnico Legislativo	PL/TEL-54
1440	Maria do Carmo Lemos Kravchychyn	Analista Legislativo	PL/ALE-66
1845	Edna Rosalina Schumacker	Consultor Legislativo II	PL/ASI-62
3545	Carla Fabiana Faria dos Santos	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-03
6313	Jussie Sedrez Chaves	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
<b>Coordenadoria de Imprensa</b>			
<b>MATR</b>	<b>NOME DO SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>	<b>CÓD/NÍVEL</b>
4761	Tayana Cardoso de Oliveira	Coordenador de Imprensa	PL/DAS-06
0408	Celso Joao da Rocha	Analista Legislativo	PL/ALE-66
0519	Alberto Neves	Técnico Legislativo	PL/TEL-46
0604	Marco Apolo de Freitas	Técnico Legislativo	PL/TEL-46
0730	Cleia Maria Braganholo	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60
1179	Rubens Chaves Vargas	Analista Legislativo	PL/ALE-58
1521	Jonas Lemos Campos	Técnico Legislativo	PL/TEL-52
1809	Simone Marçal Alves	Técnico Legislativo	PL/TEL-46
1892	Monica Machado Meyer	Analista Legislativo	PL/ALE-62
2127	Solon Soares	Técnico Legislativo	PL/TEL-54
2131	Eduardo Guedes de Oliveira	Agente Legislativo	PL/AGL-26
3307	Rose Mary Paz Padilha Ferreira	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-01
4358	Lisandrea Cristina da Costa	Analista Legislativo	PL/ALE-51
4575	Tatiani Magalhaes	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-04
5200	Sandra Denise Annuseck	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-01
5280	Rossana Maria Borges Espezin	Analista Legislativo	PL/ALE-51
6304	Fabio Sousa Queiroz	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6311	Lucas Gabriel Diniz	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6335	Alexandre Jose Back	Analista Legislativo	PL/ALE-51
<b>Coordenadoria de TV</b>			
<b>MATR</b>	<b>NOME DO SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>	<b>CÓD/NÍVEL</b>
6371	Thamy Soligo	Coordenador de TV	PL/DAS-06
1129	Bonifacio Thiesen	Analista Legislativo	PL/ALE-66
1390	Marise Ortiga Rosa	Analista Legislativo	PL/ALE-62
1487	Stela Maris Martins da Silva	Técnico Legislativo	PL/TEL-52
2794	Maria Ivonete Lessa	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-01
3535	Jose Nilson de Espindola	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-04
3537	Katherine Benedet Galli	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-02
3538	Marcelo Braga Lopes	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-03
3540	Jorge Luiz Araujo	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-04
3561	Valdir Dias Mauricio	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-01
5361	Gutieres Baron	Analista Legislativo	PL/ALE-51
5586	Jucinei Adriano Cardoso	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-02
6180	Deivi Bento Bittencourt	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-04
6302	Diego Vieira de Souza	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6303	Luis Guilherme Sella Rigoni	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6305	Rodrigo Machado Cardoso	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6306	Gustavo Dzis Giacomini	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6307	Marivania Pissi	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6308	Mauri Silveira da Silva	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6309	Gabriel Schramm Szeneszi	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6310	Lucian Felipe Goulart Chaussard	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6312	Luiz Fernando Nunes da Silva	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6315	Pedro Squizzato Fernandes	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6336	Patricia Schneider de Amorim	Analista Legislativo	PL/ALE-51
6337	Maria Helena Saris	Analista Legislativo	PL/ALE-51
6340	Deluana Buss	Analista Legislativo	PL/ALE-51
6348	Luiz Felipe Candido Ribeiro	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6368	Suelen Claudete Costa	Assessor Operacional de Comunicação	PL/AOC-04

## Coordenadoria de Rádio

MATR	NOME DO SERVIDOR	CARGO	CÓD/NÍVEL
3536	Maria Helena Henriques Pereira	Coordenador de Radio	PL/DAS-06
1507	Eduardo Rocha	Analista Legislativo	PL/ALE-58
1848	Ivan Althoff de Medeiros	Técnico Legislativo	PL/TEL-42
1943	Joao Ari dos Santos Dutra	Analista Legislativo	PL/ALE-62
2700	Joao Machado Pacheco Neto	Técnico Legislativo	PL/TEL-38
2787	Walmir de Oliveira Matos	Técnico Legislativo	PL/TEL-52
6300	Mario Cechetto Machado Pacheco	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6324	Juliana Elena Bassetti	Técnico Legislativo	PL/TEL-26
6345	Carlos Renato dos Santos	Técnico Legislativo	PL/TEL-26

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 655, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Jailson Lima para o gabinete do Deputado Wilson Vieira, a contar de 04 de maio de 2010.

Matr	Nome do Servidor	Código e Nível do Cargo
4689	Natalino Bonacolsi	PL/GAB-46
5219	Maicom Kammers	PL/GAB-29
5231	Wilson de Lima Souza	PL/GAB-68
5326	Tarcisio Kock	PL/GAB-59
5332	Flavio Cardoso	PL/GAB-31
5333	Jones Ouriques	PL/GAB-40
5334	Sergio Cassimiro de Oliveira	PL/GAB-49
5335	Eliana Kruscinsk de Oliveira	PL/GAB-50
5481	Neresi Leal Fronza	PL/GAB-40
5532	Marcelo Quirino Goulart	PL/GAB-61
5655	Juliana Rodrigues da Silva	PL/GAB-32
5719	Antonio Quirino Goulart	PL/GAB-37
5811	Jaqueline Andreia Ferreira	PL/GAB-28
5880	Antonio Carlos da Silva	PL/GAB-26
5981	Evaldo Joao Junckes	PL/GAB-26
5987	Regina Garcia Ferreira	PL/GAB-59
6039	Jorandi Zonta	PL/GAB-51
6097	Irimar Jose da Silva	PL/GAB-42
6120	Jorge de Oliveira Martins	PL/GAB-24
6132	Laura Elisa Demeciano	PL/GAB-07
6173	Emilly Rosa	PL/GAB-01
6222	Ereno Marchi	PL/GAB-35

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 656, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência relativo à lotação do servidor **PAULO CESAR RODRIGUES**, matrícula nº 1374, do gabinete do Deputado Jailson Lima para o gabinete do Deputado Wilson Vieira, a contar de 04 de maio de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 657, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **PAULO CESAR RODRIGUES**, matrícula nº 1374, do gabinete do Deputado Jailson Lima para o gabinete do Deputado Wilson Vieira, a contar de 04 de maio de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 658, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **NADIA MAKHOUL NEVES**, matrícula nº 1609, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Chefia da Seção de Atendimento ao Plano de Saúde, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **JOSÉ CARLOS CARVALHO COOK**, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 30 de abril de 2010 (Diretoria de Recursos Humanos).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 659, de 04 de maio de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **PAULO CEZAR SCHLICHTING DA SILVA**, matrícula nº 5949, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Jorginho Mello).

Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI PL 103/10**

Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes de ICMS, dos estabelecimentos que comercializarem produtos falsificados, contrabandeados ou de origem duvidosa, na hipótese que especifica.

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, no cadastro do contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, do estabelecimento comercial, localizado no território do Estado de Santa Catarina, que comercializar, adquirir, estocar ou expuser produtos falsificados ou contrabandeados, bem como daquele em que sócios integrantes estiverem envolvidos em processos ajuizados relativamente àqueles crimes.

§ 1º A desconformidade referida no caput será apurada pelo Estado e comprovada através de laudo fornecido por entidade oficial.

§ 2º A inexistência de todos os feitos ajuizados contra os sócios, de que trata o caput deste artigo, será comprovada com a anexação à Declaração Anual (DECLAN) das certidões nominiais dos Ofícios de Registro e Distribuidores Judiciais do Estado de Santa Catarina inclusive aquelas passadas pelo Serviço de Distribuição Federal.

Art. 2º A não conformidade tratada no artigo anterior será apurada na forma estabelecida pela Secretaria de Estado da Fazenda e comprovada por laudo pericial, elaborado por órgão e/ou entidades capacitadas, credenciadas ou conveniadas com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A falta de regularidade da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 4º A cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, prevista no artigo 1º, implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

I - o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;

II - a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa no mesmo ramo de atividade.

Parágrafo Único. As restrições previstas nos incisos prevalecerão pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data de cassação.

Art. 5º O Poder Executivo poderá divulgar, através do Diário Oficial do Estado, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nome completo dos sócios e endereços de funcionamento.

Art. 6º As disposições desta lei aplicar-se-ão, indistintamente, ao comércio, indústria, importador, exportador e armazéns de estocagem.

Art. 7º Esta lei será regulamentada por ato próprio do Poder Executivo.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

**Deputado Joares Ponticelli**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 07/04/10*

#### JUSTIFICATIVA

A sociedade brasileira vem sofrendo grandes perdas com a comercialização de produtos falsificados, que atinge níveis predatórios. Os produtos legalmente produzidos estão perdendo mercado para os produtos chamados "piratas", que além de causarem danos à economia do País, uma vez que não respeitam as obrigações formais impostas pelo Governo, podem ser responsáveis por prejuízos irreparáveis à saúde de quem os consome.

É cada vez maior a oferta e a variedade de produtos copiados, falsificados e adulterados à venda no Brasil. Nosso País é o quarto maior mercado consumidor deste tipo de mercadoria, atrás da China, Rússia e Paraguai. Alimentos, bebidas, pilhas, brinquedos, roupas, remédios, cosméticos, calçados, gás de cozinha, combustíveis, cigarros, perfumes, CDs, DVDs, programas de computador, além do consumo irregular de energia elétrica, os popularmente chamados "gatos", que reduzem as receitas do Governo e das empresas, pesando sobre as tarifas e os impostos. Tais práticas afetam os cofres públicos que deixam de arrecadar bilhões que poderiam ser aplicados em benefício da saúde, educação, infra-estrutura.

Atraído pelo preço baixo, o consumidor torna-se o último elo do comércio ilegal que envolve sonegação fiscal, contrabando e desrespeito às leis trabalhistas, comerciais, de direitos autorais e de propriedade.

Segundo o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos, órgão do Ministério da Justiça, se hoje acabasse a pirataria, poderiam ser gerados 2 milhões de empregos. A pirataria é o crime do século XXI, disse o Deputado francês Marc Laffineur, no 1º Seminário de Combate à Pirataria, realizado em Brasília, em 2005. Articula o desenvolvimento da criminalidade e a violência, dificultando a ação do Estado, condenando à falência empresas idôneas e deixando desprotegido o consumidor-cidadão.

A intenção da presente proposição é reverter os danos acarretados pelo mercado ilegal, com ações de combate a este tipo de prática, cuja tendência é o agravamento caso ações incisivas não sejam postas em prática.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI N.º 135/10

Institui a Política de Atenção ao Portador de Diabetes Mellitus no Estado de Santa e adota outras providências.

Art. 1º Fica Instituída a Política de Atenção ao Portador de Diabetes Mellitus no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Aos portadores de Diabetes Mellitus serão disponibilizados, gratuitamente, sapatos especiais ou palmilhas ortopédicas, mediante acompanhamento e avaliações (classificação de risco) de uma equipe capacitada formada por médico endocrinologista, neurologista, cirurgião vascular ou ortopedista, para diagnosticar a causa e indicação da palmilha ou calçado, e por enfermeiro ou fisioterapeuta.

Art. 3º Os recursos para o custeio da medida prevista na presente Lei correrão por conta do orçamento geral do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputada Ana Paula Lima

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/05/10*

#### JUSTIFICATIVA

O Diabetes Mellitus é uma doença metabólica que provoca malefícios consideráveis às pessoas portadoras dessa patologia, fazendo com que o trabalho preventivo seja imprescindível, bem como medidas para amenizar complicações e proporcionar melhor qualidade de vida dessas pessoas.

A Sociedade Brasileira de Diabetes figura esta patologia como a principal causa de amputação de membros inferiores, insuficiência renal e cegueira entre adultos, assim como de doenças cardiovasculares, morte prematura e mortalidade perinatal. Com isso, sobrevém um grande impacto negativo para a sociedade e para a saúde pública.

Conforme a revista Época nas próximas duas décadas, os novos casos de diabetes vão crescer 54% no mundo, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2030, haverá 438 milhões de diabéticos no planeta. Na América Central e do Sul, o crescimento será ainda mais acentuado (65%). Isso significa que quase 30 milhões de pessoas terão a doença em nosso continente.

Uma das complicações mais comuns no que tange esta patologia é o "pé diabético" acarretando o comprometimento da sensibilidade dos membros superiores e inferiores, favorecendo o surgimento de lesões e ferimentos, principalmente nos pés. Algumas estimativas mostram que os problemas decorrentes do chamado "pé diabético" representam uma das principais causas de internação hospitalar dos portadores da doença.

A avaliação do pé da pessoa portadora de diabetes é essencial para a elaboração de plano de cuidados condizente com o prognóstico estabelecido juntamente com a classificação de risco estabelecida por diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes, possibilitando um diagnóstico precoce do pé diabético, por um profissional capacitado para tal procedimento.

Para prevenir a ocorrência das graves complicações do diabetes, que podem resultar em amputação, é preciso um acompanhamento e controle rigorosos da doença, com o exame e auto-exame dos pés e cuidados específicos, que, em alguns casos, incluem o uso de sapatos especiais ou de palmilhas ortopédicas. O risco de amputação em diabéticos é 15 vezes maior que em pessoas não diabéticas.

Assim, faz-se necessária a instituição de medidas que auxiliem na prevenção dos efeitos mutilantes da doença. A distribuição de sapatos especiais ou de palmilhas ortopédicas aos pacientes diabéticos que deles necessitam faz parte dessas medidas e, estou certa, irá contribuir significativamente para a melhor qualidade de vida dessas pessoas e para a diminuição dos custos sociais e econômicos envolvidos no tratamento das seqüelas provocadas pela doença.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI N.º 136/10

Altera a Lei nº 10.568, de 7 de novembro de 1997.

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 10.568, de 7 de novembro de 1997, passam ter a seguinte redação:

"Reconhece o município de Nova Trento como Capital Catarinense do Turismo Religioso.

Art. 1º Fica o Município de Nova Trento reconhecido como Capital Catarinense do Turismo Religioso."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Lício Mauro da Silveira

*Lido no Expediente*

*Sessão de 04/05/10*

#### JUSTIFICATIVA

A Lei nº 14.369, de 30 de janeiro de 2008, que regulamenta a concessão de denominação adjetiva aos municípios catarinenses dispõe, em seu art. 4º, o seguinte:

"Art. 4º Cada município poderá receber apenas uma denominação adjetiva.

Parágrafo único. Os municípios que já receberam mais de uma denominação até a vigência desta Lei, poderão mantê-las."

Cabe observar que está em vigor a Lei nº 10.568, de 7 de novembro de 1997, que reconhece o município de Nova Trento como estância turístico-religiosa, no entanto, entendo que a denominação é inadequada, visto o pioneirismo do Município e sua vocação para o turismo religioso, fato que o credencia para ser reconhecido como "Capital Catarinense do Turismo Religioso."

Então, propor uma nova lei revogando a denominação adjetiva já existente colide com o dispositivo acima citado, assim, entendo que como forma de atender ao desejo da comunidade neotrentina, seja mais adequada a apresentação de projeto de lei dando nova redação à Lei nº 10.568, de 1997, permitindo a adoção da denominação desejada, sem que se infrinjam os dispositivos legais vigentes.

Cabe salientar que a iniciativa da presente proposição é decorrente de solicitação que recebemos do Prefeito Municipal e dos Vereadores daquele município, cujo documento tomo a liberdade de anexar.

Deste modo, peço o apoio dos Senhores Parlamentares para que possamos aprovar a presente proposição, permitindo assim à comunidade de Nova Trento a concessão da denominação que tanto merece e deseja.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI N.º 137/10

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 15.084, de 4 de janeiro de 2010, que institui o Dia Estadual de Parapsicologia do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 15.084, de 4 de janeiro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Institui o Dia Estadual do Parapsicólogo no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de julho.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Parapsicólogo no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de julho."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que tem por finalidade corrigir erro ocorrido na confecção da Lei, vez que o objetivo da mesma é homenagear o profissional parapsicólogo.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI N.º 138/10

Declara de utilidade pública a Liga Serrana de Futebol, com sede no município de Lages.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Liga Serrana de Futebol, com sede no município de Lages.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado nos termos do art. 2º, III, da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/10

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, de caráter desportivo, tendo em vista os relevantes serviços prestados em prol da comunidade lageana, conforme se pode aferir com a documentação acostada.

Ademais, compulsando suas cláusulas estatutárias é possível constatar dentre seus objetivos a promoção de campanhas educacionais em sua área de atuação que possam contribuir com a melhoria da qualidade de vida da sociedade, bem como atividades esportivas de caráter geral e indiscriminado, em prol do lazer da comunidade.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-lo, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

\*\*\* X X X \*\*\*

## REDAÇÕES FINAIS

### EMENDA ADITIVA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº PEC/0001.0/2010

Acrescenta o inciso I ao § 2º do art. 41 da Proposta de Emenda à Constituição nº PEC/0001.0/2010, ficando assim a redação do referido dispositivo:

" Art. 41. (...)

§ 2º (...)

I - a resposta elaborada deverá estar acompanhada de cópias de documentos compatíveis com as informações prestadas pelo órgão inquirido."

Sala da Comissão em  
Deputada Joares Ponticelli  
APROVADO EM 1º TURNO  
Em Sessão de 27/04/10  
APROVADO EM 2º TURNO  
Em Sessão de 27/04/10

### EMENDA CONSTITUCIONAL N. 53, de 4 de maio de 2010

Dá nova redação ao art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O art. 41 da Constituição do Estado de Santa Catarina, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderá convocar Secretário de Estado e titulares de Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, importando a ausência injustificada em crime de responsabilidade.

§ 1º Os Secretários de Estado e titulares de Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista poderão comparecer a Assembleia Legislativa, ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimento com a Mesa, para expor assunto de relevância de sua Secretaria ou órgãos.

§ 2º A Mesa da Assembleia Legislativa encaminhará, após deliberação do Plenário, pedidos de informação ao Governador, aos Secretários de Estado e aos titulares de Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, sendo que a resposta deverá estar acompanhada de cópias de documentos compatíveis com as informações prestadas pelo órgão inquirido, importando em crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

### EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº

A Ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0058.8/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e renda inferior a 02 (dois) salários mínimos e adota outras providências.

Art. 1º As pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais, excetuando-se os de característica urbana, de que trata o art. 189, II, da Constituição do Estado de Santa Catarina e os serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares, observados os seguintes termos:"

Sala da Comissão, em

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores.

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 13/04/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 14/04/10

### EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0058/07

No art. 1º. § 1º

onde se lê: "§ 1º Para fins do disposto no *caput*, incluem-se na condição de serviço convencional:

I - os serviços de transporte rodoviário intermunicipal convencional de passageiros, prestado com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares;"

leia-se: "§ 1º Para fins do disposto no *caput*, incluem-se na condição de serviço convencional os serviços de transporte rodoviário intermunicipal convencional de passageiros, prestado com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de abril de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**JUSTIFICATIVA**

As alterações visam adequar a redação final ao que pretendia o autor; baseadas na Lei Complementar nº 208, de 9 de janeiro de 2001.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 058/07**

Fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e renda inferior a 02 (dois) salários mínimos e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º As pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais, excetuando-se os de característica urbana, de que trata o art. 189, II, da Constituição do Estado de Santa Catarina e os serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares, observados os seguintes termos:

I - a reserva e ocupação de 02 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos;

II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. É assegurada a prioridade ao idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - serviço de transporte intermunicipal de passageiros: o que transpõe o limite do município, cujo transporte de passageiros são realizados em veículos de transporte rodoviário;

II - linha: serviço de transporte coletivo de passageiros executado em uma ligação de dois pontos terminais, nela incluída os seccionamentos e as alterações operacionais efetivadas, aberto ao público em geral, de natureza regular e permanente, com itinerário definido no ato de sua delegação ou outorga;

III - seção: serviço realizado em trecho do itinerário de linha do serviço de transporte, com fracionamento do preço de passagem; e

IV - bilhete de viagem do idoso: documento que comprove a concessão do transporte gratuito ao idoso, fornecido pela empresa prestadora do serviço de transporte, para possibilitar o ingresso do idoso no veículo.

Art. 3º Na forma definida nesta Lei ao idoso com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos serão reservadas 02 (duas) vagas gratuitas em cada veículo, do serviço convencional de transporte intermunicipal de passageiros.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, incluem-se na condição de serviço convencional os serviços de transporte rodoviário intermunicipal convencional de passageiros, prestado com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares.

§ 2º O idoso, para fazer uso da reserva prevista no *caput* deste artigo, deverá solicitar um único "Bilhete de Viagem do Idoso", nos pontos de venda próprios da transportadora, com antecedência de, pelo menos, três horas em relação ao horário de partida do ponto inicial da linha do serviço de transporte, podendo solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno, respeitados os procedimentos da venda de bilhete de passagem, no que couber.

§ 3º Na existência de seções, nos pontos de seção devidamente autorizados para embarque de passageiros, a reserva de assentos também deverá estar disponível até o horário definido para o ponto inicial da linha, consoante previsto no § 2º.

§ 4º Após o prazo estipulado no § 2º, caso os assentos reservados não tenham sido objeto de concessão do benefício de que trata esta Lei, as empresas prestadoras dos serviços poderão colocar à venda os bilhetes destes assentos, que, enquanto não comercializados, continuarão disponíveis para o exercício do benefício da gratuidade.

§ 5º No dia marcado para a viagem, o idoso deverá comparecer ao terminal de embarque até trinta minutos antes da hora marcada para o início da viagem, sob pena de perda do benefício.

§ 6º O "Bilhete de Viagem do Idoso" e o bilhete com desconto do valor da passagem são intransferíveis.

Art. 4º Além das vagas previstas no art. 3º, o idoso com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos terá direito ao desconto mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem para os demais assentos do veículo do serviço convencional de transporte intermunicipal de passageiros.

Parágrafo único. Para fazer jus ao desconto previsto no *caput* deste artigo, o idoso deverá adquirir o bilhete de passagem obedecendo aos seguintes prazos:

I - para viagens com distância até 500 km com, no máximo, seis horas de antecedência; e

II - para viagens com distância acima de 500 km com, no máximo, doze horas de antecedência.

Art. 5º O "Bilhete de Viagem do Idoso" será emitido pela empresa prestadora do serviço, em pelo menos duas vias, sendo que uma via será destinada ao passageiro e não poderá ser recolhida pela transportadora.

§ 1º A segunda via do "Bilhete de Viagem do Idoso" deverá ser arquivada, permanecendo em poder da empresa prestadora do serviço nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias subsequentes ao término da viagem.

§ 2º As empresas prestadoras dos serviços de transporte deverão informar ao Departamento de Transportes e Terminais - DETER, na periodicidade definida em seus regulamentos, a movimentação de usuários titulares do benefício, por seção e por situação.

Art. 6º No ato da solicitação do "Bilhete de Viagem do Idoso" ou do desconto do valor da passagem, o interessado deverá apresentar documento pessoal que faça prova de sua idade e da renda igual ou inferior a 02 (dois) salários-mínimos.

§ 1º A prova de idade do idoso far-se-á mediante apresentação do original de qualquer documento pessoal de identidade, com fé pública, que contenha foto.

§ 2º A comprovação de renda será feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações atualizadas;

II - contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III - carnê de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

IV - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo INSS, IPREV ou outro regime de previdência social público ou privado; e

V - documento ou carteira emitida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda ou Municipais de Assistência Social ou congêneres.

Art. 7º O idoso está sujeito aos procedimentos de identificação de passageiros ao apresentar-se para embarque, de acordo com o estabelecido pelo Departamento de Transportes e Terminais - DETER, em suas respectivas esferas de atuação.

Art. 8º O benefício concedido ao idoso assegura os mesmos direitos garantidos aos demais passageiros.

Parágrafo único. Não estão incluídas no benefício as tarifas de utilização dos terminais e as despesas com alimentação.

Art. 9º As infrações a esta Lei aplica-se o disposto no art. 13 da Lei nº 5.684, de 09 de maio de 1980.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 20 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 129/09**

Reconhece o Município de Camboriú como Capital Catarinense de Missões.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Camboriú como a Capital Catarinense de Missões.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de abril de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*